



DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM FILOSOFIA DA MEMÓRIA: UMA BREVE INTRODUÇÃO



César Schirmer dos Santos (MemLab - Universidade Federal de Santa Maria)

André Sant'Anna (Department of Philosophy - University of Geneva¹)

Kourken Michaelian (Centre for Philosophy of Memory - Université Grenoble Alpes)

James Openshaw (Centre for Philosophy of Memory - Université Grenoble Alpes)

Denis Perrin (Centre for Philosophy of Memory - Université Grenoble Alpes)

Resumo:

Neste artigo apresentamos, de forma concisa e em português, alguns elementos-chave dos principais debates contemporâneos na filosofia da memória. Nosso principal objetivo é tornar essas discussões mais acessíveis aos leitores de língua portuguesa, fornecendo uma atualização importante para esforços anteriores (SANT'ANNA & MICHAELIAN, 2019a). Começamos introduzindo a noção de viagem no tempo mental, a qual estabelece a base empírica para a metodologia empregada em trabalhos recentes, antes de apresentar dois debates centrais. Primeiro, o debate entre causalistas e simulaçãoistas sobre a teoria da lembrança filosofi-

Abstract:

In this article we present, concisely and in Portuguese, some key elements of the main contemporary debates in the philosophy of memory. Our principal aim is to make these discussions more accessible to Portuguese-speaking readers, providing an important update to previous such efforts (SANT'ANNA & MICHAELIAN, 2019a). We begin by introducing the notion of mental time travel which lays the empirical basis for the methodology employed in recent work, before presenting two core debates. First, the debate between causalists and simulationists about the correct philosophical theory of remembering (§2). Second, the debate between

¹ Grande parte do trabalho realizado neste artigo por André Sant'Anna ocorreu em seu período como Pesquisador de Pós-Doutorado afiliado ao *Cologne Center for Contemporary Epistemology and the Kantian Tradition* (CONCEPT), Universität zu Köln e financiado pela Alexander von Humboldt-Stiftung no programa Humboldt-Forschungsstipendium.

camente correta (§2). Segundo, o debate entre continuístas e descontinuístas sobre a relação entre lembrança episódica e certas formas de imaginação (em particular, o pensamento episódico acerca do futuro) (§3). Na segunda parte do artigo, apresentamos e exploramos dois tópicos de discussão crescente: a natureza do sentimento de passado característico da memória episódica (§4) e questões de meta-nível relativas ao próprio caráter das controvérsias exploradas na primeira parte do artigo (§5).

Palavras-Chave:

memória; memória episódica; viagem no tempo mental; causalismo e simulacionismo; mnemicidade; sentimento de passado.

continuists and discontinuists concerning the relationship between remembering and certain forms of imagining (in particular, episodic future thought) (§3). In the second part of the paper, we introduce and explore two growing topics of discussion: the nature of the feeling of pastness distinctive of episodic memory (§4), and meta-level issues concerning the very character of controversies explored in the first part of the paper (§5).

Keywords:

memory; episodic memory; mental time

1. Introdução

A filosofia da memória é uma nova (mas já bastante rica) área de investigação. É difícil apontar para um único fator que tenha disparado a explosão de estudos filosóficos contemporâneos sobre a natureza da memória, mas é incontroverso que as recentes investigações empíricas sobre a capacidade de viajar no tempo mental (ver, entre muitos outros, TULVING 1985; SUDDENDORF E CORBALLIS 1997; ADDIS *ET AL.* 2007; DE BRIGARD 2014; MICHAELIAN 2016A; ADDIS 2020; MICHAELIAN *et al.* 2022) sopraram novos ventos na filosofia, seja na maneira de se recortar naturalisticamente o fenômeno do recordar, seja no que diz respeito a métodos de investigação oriundos das ciências empíricas.

A pesquisa contemporânea em filosofia da memória deve muito à pesquisa sobre a capacidade humana de se projetar, imaginativamente, para situações do passado e do futuro pessoal (ver DE BRIGARD 2014; MICHAELIAN 2016a). Esta projeção de si mesmo para o passado real é o que se entende por *lembrança episódica*. Mas também há projeção imaginativa de si mesmo para o futuro (SUDDENDORF & CORBALLIS 2007) – o que podemos chamar de *imaginação episódica orientada ao futuro* – e para situações passadas

que não aconteceram, mas poderiam ter acontecido – fenômeno conhecido como *pensamento episódico contrafactual* (De BRIGARD & PARIKH 2019). Em todos esses casos, a capacidade de viajar no tempo mental nos permite simular, em nossas mentes, eventos que não estão ocorrendo no mundo exterior e que, por isso, não podem ser percebidos.

A filosofia da memória contemporânea é diretamente motivada por estudos empíricos sobre tais tipos de casos. Mais precisamente, uma nova visão sobre a relação entre memória e imaginação se fortaleceu a partir de resultados surpreendentes de estudos de neuro-imagem (ver OKUDA *et al.* 2003; ADDIS *et al.* 2007; HASSABIS & MAGUIRE, 2007). Que sejamos capazes de lembrar não é, por si só, curioso. Mas é surpreendente que haja, no nível da realização neural, como se descobriu empiricamente, semelhanças processuais notáveis entre o lembrar episódico e variedades de imaginação nas quais o sujeito se projeta seja para uma situação futura (antecipação ou prospecção episódica), seja para uma situação passada que não se deu, mas poderia ter acontecido (imaginação contrafactual) (ver BENOIT & SCHACTER 2015; ADDIS 2020).

Tradicionalmente, a memória foi vista como um sistema cuja função primária seria evocar o passado acuradamente. No entanto, a pesquisa empírica deu subsídios para a hipótese de que a função primária da memória episódica seria simular eventos futuros (ver ADDIS *et al.* 2007, p. 1374–5; SUDDENDORF & CORBALLIS, 2007). Isso porque, segundo a pesquisa empírica, a memória episódica não é um sistema que reproduz passivamente os eventos vivenciados no passado, mas, sim, um sistema ativo que usa elementos de experiências passadas para simular e antever futuros possíveis. Assim sendo, algumas vulnerabilidades da memória, como a suscetibilidade a distorções, não seriam defeitos, mas efeitos colaterais do fato de que o sistema de memória episódica tem, como função central, a simulação de eventos futuros (ver SCHACTER *et al.*, 2012).

Filosoficamente, a similaridade (no nível dos processos neurais) entre lembrança episódica e simulação do futuro abre espaço para que revisitemos uma questão clássica: será que lembrar é imaginar? A investigação empírica fortalece a visão da memória como uma capacidade construtiva (ver BARTLETT, 1932), e traz dificuldades para propostas que entendem o lembrar como uma maneira de preservar, fiel e passivamente, o que foi percebido no passado. Considerando a pesquisa empírica, a melhor hipótese é que o sistema de memória episódica não opera como um mecanismo que gera um *replay* de uma percepção passada, mas, sim, como um sistema que (re)constrói ativamente as lembranças (ver MICHAELIAN, 2016a; LANGLAND-HASSAN, 2023b).

Neste processo de construção, o sistema de memória episódica (re)combina elementos de experiências passadas de modo a formar seja uma lembrança coerente, seja um cenário futuro plausível (ver De BRIGARD, 2014). Na construção de cenários futuros, o sistema de memória episódica opera flexivelmente, tanto que é capaz de gerar simulações de eventos que nunca ocorreram (ver ADDIS *et al.*, 2007). Por exemplo, você pode simular na sua mente como seria apresentar um trabalho numa conferência, embora nunca tenha feito isso antes. A mesma flexibilidade, no entanto, também se manifesta na construção de lembranças episódicas. Assim, a reflexão empírica sobre a arquitetura da memória abre espaço para a conclusão (abdução) que talvez aquilo que lembramos não seja tão distinto do que imaginamos. A viagem no tempo mental para o passado pode ser um filme tão editado quanto nossas fantasias sobre o futuro.

A pesquisa sobre a capacidade de viajar no tempo mental se entrelaça à pesquisa sobre a memória episódica, a qual se origina da proposta de Tulving (1972) de distinguir as lembranças de eventos das lembranças de fatos. Lembranças de eventos são chamadas de *lembranças episódicas (episodic memories)*, e lembranças de fatos são chamadas de *lembranças semânticas (semantic memories)*². Por envolverem eventos, em vez de fatos, as lembranças episódicas se distinguem das lembranças semânticas. Considere sua lembrança daquela festa de aniversário do seu amigo. Você lembra do que aconteceu (a comemoração), de quando aconteceu (no dia tal), e onde aconteceu (na casa de um amigo). Esta é uma lembrança episódica, pois faz referência a um único evento. Por envolver representações, as lembranças episódicas se distinguem dos hábitos, os quais não envolvem a geração de representações. No entanto, o conceito inicial de lembrança episódica se mostrou problemático, visto que a distinção entre eventos e fatos é porosa. É um fato que $2+2=4$, mas não é um evento que $2+2=4$, pois operações aritméticas não acontecem no tempo e no espaço. Mas é um fato que seu amigo comemorou o aniversário na casa dele em tal dia, e isso também é um evento – o que é um problema para a definição inicial de memória episódica.

Dada essa situação, para que a noção de memória episódica se mostrasse valiosa, seria preciso encontrar uma base mais apropriada para sua distinção em relação a outros tipos de lembrança. É aqui que entra a noção de viagem no tempo mental. A partir de

² Aqui estamos seguindo a distinção, cada vez mais frequente, entre o ato de lembrar e o sistema neurocognitivo que gera lembranças. O primeiro, o ato, tem sido chamado de “lembrança” (*remembering*), enquanto o segundo tem sido chamado de “memória” (*memory*). Ver, por exemplo, Mahr (2023). Esta não é uma distinção padrão, haja vista que os termos “lembrança” e “imaginação” são usados das mais diversas maneiras. Ainda assim, é uma distinção que se mostra esclarecedora no contexto deste artigo.

evidências relacionadas ao comportamento de certa população de amnésicos (TULVING, 1985) e de visões sobre a arquitetura cognitiva (SUDDENDORF & CORBALLIS, 1997), pareceu importante redefinir a lembrança episódica como uma forma de viagem no tempo mental. Isso porque, ao lembrar episodicamente, o sujeito tem a experiência de “reviver” algo que experienciou no passado (ver JAMES, 1890). Tal tipo de experiência não ocorre em casos de lembrança semântica, que envolvem somente consciência de fatos. As evidências empíricas indicavam que esta capacidade de viajar no tempo mental (ou sua ausência, no caso de certos amnésicos) se liga intimamente à capacidade de se projetar imaginativamente ao futuro (ver ADDIS *et al.*, 2007). Indicavam também que seria plausível entender a arquitetura cognitiva como sendo tal que sua função fosse, prioritariamente, levar o sujeito a se imaginar no futuro. Desse modo, o lembrar episódico seria uma função secundária do sistema que flexivelmente gera viagens no tempo mental (ver SUDDENDORF & CORBALLIS, 1997; De BRIGARD, 2014; e MICHAELIAN, 2016a; para visões críticas, ver MAHR & CSIBRA, 2018; BOYLE, 2022; MAHR, 2023; ROBINS, 2023).

A partir desta moldura teórica, este artigo apresenta, de forma concisa e em língua portuguesa, alguns dos principais debates contemporâneos em filosofia da memória. Não partiremos do zero, contudo. Em vez disso, vamos expor alguns elementos-chave dos debates contemporâneos em filosofia da memória a partir do trabalho que publicamos, em língua portuguesa, na revista *Voluntas* (SANT’ANNA & MICHAELIAN, 2019a). Tomando-o por referência, no presente texto, propomo-nos a atualizar e aprofundar a apresentação de questões e discussões fundamentais da filosofia da memória contemporânea. Todavia, devido a restrições de espaço, selecionamos para análise uma pequena amostra de debates proeminentes. Nosso objetivo principal é tornar essas discussões mais acessíveis ao leitor de língua portuguesa interessado na filosofia da memória. Tendo em vista este objetivo, apresentamos nesta seção a noção de viagem no tempo mental, a qual fornece um pano de fundo empírico que é fundamental para a compreensão dos métodos empregados pelos filósofos da memória. Em seguida, nas próximas seções, sem a pretensão de exaustividade, apresentaremos outros debates importantes para uma introdução ao tema.

Assim, na seção 2, voltaremos a um tema abordado por Sant’Anna & Michaelian (2019a), mas que precisa ser atualizado, a saber, o debate entre causalistas e simulacionistas sobre a natureza do lembrar episódico (ver, entre muitos outros, DEBUS, 2014; De BRIGARD, 2014; MICHAELIAN, 2016a; BERNECKER, 2017a). Trata-se de um debate maduro, cujos meandros e resultados explicam porque os outros debates se dão da maneira em que se dão. Por ser um debate já consolidado, esta será a seção mais longa deste

artigo. Esperamos que se compreenda esse desbalanço proporcional com as demais seções do texto.

Na terceira seção, cobriremos um tema que não foi abordado diretamente em Sant'Anna & Michaelian (2019a), qual seja, o debate entre continuístas e descontinuístas sobre a relação entre memória e imaginação (ver, entre muitos outros, PERRIN, 2016; MICHAELIAN, 2016B; ROBINS, 2020), também bastante consolidado entre especialistas. Com isso, esperamos fornecer mais subsídios ao leitor, em língua portuguesa, para as discussões sobre a questão da mnemicidade, isto é, sobre a relação entre o lembrar e o imaginar (ver MICHAELIAN & SUTTON, 2017).

Por fim, na quarta seção, apresentaremos dois debates ainda pouco desenvolvidos, embora importantes para orientar as futuras direções da filosofia da memória. Nela abordaremos as discussões sobre a natureza do sentimento de passado que é típico das lembranças episódicas (ver FERNÁNDEZ, 2019; PERRIN, MICHAELIAN & SANT'ANNA, 2020; PERRIN & SANT'ANNA, 2022). Na quinta e última, trataremos dos meta-debates sobre a própria natureza das controvérsias na filosofia da memória (CRAVER, 2020; MCCARROLL, MICHAELIAN & NANAY, 2022; SCHIRMER DOS SANTOS, MCCARROLL & SANT'ANNA, 2023).

2. Causalismo e simulacionismo

Em Sant'Anna & Michaelian (2019a), apresentamos ao público de língua portuguesa a teoria causal da memória e a teoria da memória como simulação (simulacionismo). No entanto, o debate se manteve vivo desde aquele artigo, e há tópicos relacionados a essa contenda entre os defensores dessas duas teorias que não foram cobertos na publicação. Como se trata de um debate-chave em filosofia da memória, aproveitamos esta oportunidade para aprofundar a apresentação dessa importante discussão ao público lusófono.

2.1 O causalismo: panorama

Na segunda metade dos anos 1960, Martin & Deutscher (1966) propuseram uma teoria *causal* da memória. Várias outras teorias do mesmo estilo foram desenvolvidas na mesma época. Por exemplo, Grice (1961) propôs uma teoria causal da percepção, e Goldman (1967) elaborou uma teoria causal do conhecimento. Na filosofia, uma teoria causal de algum tipo de coisa estabelece que a existência, as propriedades ou a identidade deste

tipo de coisa são determinadas por certas relações causais. Por exemplo, teorias causais do conhecimento estabelecem que um sujeito conhece um fato se sua crença foi apropriadamente causada pelo fato. Neste caso, o que faz com que a crença que *p* seja um caso de conhecimento é “uma conexão causal entre o fato que torna *p* verdadeira [...] e a crença de [S] que *p*” (GOLDMAN 1967, p. 358; nossa tradução).

De maneira semelhante, numa teoria causal da memória, *S* lembra de um evento *E* não por simplesmente estar visualizando *E* na sua mente, mas porque a representação mental de *E* foi causada da maneira apropriada pelo próprio evento *E*. “Da maneira apropriada”, no caso das lembranças, significa causação através de traços de memória que foram codificados na ocasião da experiência de *E* e são evocados na ocasião da representação mental de *E*. Esses exemplos mostram que teorias causais não consideram que uma mera representação mental (uma crença no caso do conhecimento, uma imagem mental no caso da memória) seja suficiente para estabelecer a ocorrência de um certo tipo de cognição (conhecimento e lembrança, respectivamente), pois também é preciso que a representação mental tenha sido causada da maneira requerida.

Em resumo, há teorias causais que se aplicam a diversos domínios das representações mentais, como a percepção, o conhecimento e a memória, sendo que em cada domínio certos tipos de relações causais (apropriadas) são propostas como explicadores dos assuntos de cada domínio. Estes explicadores, as relações causais, são, em cada caso, condições necessárias para que o tipo de representação mental que está em foco seja explicado. Juntamente com outras condições propostas por cada teoria, obtêm-se um conjunto de condições suficientes para que o fenômeno mental em tela em cada caso seja explicado.

Quando falamos numa teoria causal da memória, estamos falando de uma *metafísica* da memória, isto é, de uma teoria que busca estabelecer o que é a memória, o que, na abordagem de Martin & Deutscher (1966), acarreta buscar as condições necessárias (a essência, alguns diriam) do lembrar³. Uma metafísica da memória tem amplos usos, sendo o mais importante, contemporaneamente, o de responder a questões de demarcação sobre as fronteiras da memória. Vários tipos de estados cognitivos “fazem fronteira” com o lembrar. Sobre a demarcação da memória, podemos perguntar, por exemplo: Qual a diferença entre lembrar e perceber? Qual a diferença entre lembrar e crer que algo aconteceu? Qual

³ É preciso ter claro o tipo de teoria filosófica proposta por Martin & Deutscher (1966). A filosofia da memória envolve uma variedade de teorias, cada uma com sua função específica. Por exemplo, uma epistemologia da memória descreve e explica as propriedades das crenças relacionadas ao lembrar (ver SENOR, 2023), e uma ética da memória investiga questões relacionadas ao direito de esquecer (ver MATHESON, 2017) e ao dever de lembrar (ver BLUSTEIN, 2017).

a diferença entre lembrar e aprender de novo (*relearning*)? A principal questão respondida pela teoria causal da memória de Martin & Deutscher (1966), mas não a única, é a questão sobre a linha que separa o lembrar do imaginar. Esta linha se relaciona à questão acerca da mnemicidade (ver MICHAELIAN & SUTTON, 2017), isto é, à questão: Lembrar é imaginar?

Com respeito a esta questão, uma teoria causal se mostra atraente por várias razões. Em primeiro lugar, é intuitivo que a lembrança de E deve ter um vínculo com E que seja diferente da mera imaginação de E, pois podemos imaginar o que não aconteceu, mas não podemos lembrar do que não aconteceu, e é plausível que a causação a partir do acontecimento marque a diferença. Além disso, o critério causal explica por que uma mera representação acurada de E pode não ser uma lembrança de E. Seguindo um exemplo proposto por Putnam (1992 [1981]), imagine que uma formiga caminha pela areia da praia, e suas pegadas formem a efígie de Winston Churchill. O desenho na areia é semelhante a Churchill, mas dificilmente foi apropriadamente causado pela experiência visual que a formiga teve de Churchill. Algo semelhante se dá quando você imagina fielmente uma situação que você nunca vivenciou. Neste caso, a falta de vínculo causal apropriado faz a diferença entre lembrar e imaginar.

2.2 A teoria causal da lembrança

Em Sant'Anna & Michaelian (2019a), apresentamos motivações para a teoria causal, e também alguns dos seus problemas. Aqui, nosso objetivo é, antes de tudo, atualizar nossa exposição, pois o debate em torno da teoria causal da memória aprofundou-se desde nosso último artigo em língua portuguesa. Na análise causalista da memória, tal como proposta por Martin & Deutscher (1966, p. 166), um sujeito S lembra de um evento E se, e somente se, S satisfaz as seguintes condições (cada uma necessária e todas em conjunto suficientes):

- (1) *Condição de Experiência Anterior*. S experienciou E.
- (2) *Condição de Representação Presente*. S representa E no presente.
- (3) *Condição de Conexão Causal Apropriada*. A representação presente que S tem de E está apropriadamente conectada à experiência anterior que S teve de E.

A análise causalista de Martin & Deutscher (1966) ilumina o conceito comum de memória, destacando a importância da experiência anterior, da representação presente e, crucialmente, da conexão causal apropriada⁴. Esta última condição, a qual exige uma ligação causal sustentada por traços de memória originados na experiência original, é o que distingue a memória de outros processos mentais tais como o imaginar e o inferir.

As condições de experiência anterior e de representação presente são razoavelmente intuitivas. A primeira condição diz que você só lembra daquilo que já fez parte da sua experiência, seja perceptualmente, seja introspectivamente. A segunda condição diz que se você está lembrando de E, então uma representação de E se dá na sua mente. A terceira condição é aquela que distingue o causalismo de outras teorias do lembrar⁵.

2.3 O caso do pintor: lembrança ignorante e relevância epistêmica

Na análise causalista, o sujeito só pode lembrar do que de fato aconteceu (ver BERNECKER, 2017b). Isto é, os causalistas interpretam o verbo “lembrar” como sendo factivo, “de sucesso”. No entanto, a teoria causalista “clássica” de Martin & Deutscher (1966) não estabelece, como condição necessária para o lembrar, que o sujeito *acredite* que aquilo que é representado na sua mente tenha ocorrido no seu passado pessoal⁶. Esta posição, contudo, abriu espaço para duas variedades de causalismos: o causalismo “neo-clássico” de Bernecker e a teoria híbrida (causal-epistêmica) de Debus (2010)⁷. A diferença entre

4 Cabe notar que frequentemente, na literatura, a descrição definida “a teoria causal da memória” é entendida como abrangendo tanto, por um lado, a proposta de Martin & Deutscher (1966) na sua integralidade quanto, por outro, todo e qualquer *causalismo* sobre a memória. No entanto, há causalistas que rejeitam elementos da proposta de Martin & Deutscher (1966) e, neste sentido, não satisfazem essa leitura comum da descrição definida “a teoria causal da memória”. Werning (2020, p. 304), por exemplo, concorda com Martin & Deutscher (1966) que lembrança requer ligação causal entre experiência anterior e representação posterior, mas rejeita que deva haver “analogia estrutural” (ver MARTIN & DEUTSCHER, 1966, p. 173) entre a representação mnêmica e o evento lembrado. Além disso, Werning (2020) rejeita que deva haver transmissão de conteúdo da experiência à representação via traços de memória. Deixaremos o aprofundamento deste tópico para uma oportunidade futura.

5 Esta condição envolve a noção de uma “conexão causal apropriada”. Resumindo uma longa história (ver BERNECKER, 2010; ROBINS, 2016), uma conexão causal apropriada é aquela que é sustentada por traços de memória originados na experiência que S teve de E. Para uma introdução ao papel da noção de traço (engrama) na filosofia da memória, ver De Brigard (2020).

6 Isto é, na análise causalista do lembrar, há a exigência de que E tenha acontecido para que haja lembrança de E, mas não há exigência de que haja *crença de que E aconteceu* para haver lembrança de E.

7 Com respeito à rica taxonomia de teorias da memória desenvolvidas após Martin & Deutscher (1966), ver Michaelian & Robins (2018).

estas duas propostas se torna visível a partir de um experimento mental famoso: o caso do pintor (ver MARTIN & DEUTSCHER 1966, p. 167-8).

Considere o caso de um pintor que foi comissionado para pintar um cenário realístico, mas totalmente imaginário. O pintor pinta o quadro e o mostra aos seus pais. Seus pais, no entanto, reconhecem na cena pintada um lugar ao qual levaram o pintor, na infância, uma única vez. A partir deste caso, podemos perguntar: Qual a melhor explicação para a pintura? Será que o pintor simplesmente imaginou a cena que viu na infância, ou será que o pintor está lembrando? Para Martin & Deutscher (1966, p. 167-8), o pintor lembra, mesmo que não acredite que lembra.

Essa visão, no entanto, foi desafiada em teorias causais mais recentes. São dois os conceitos que nos auxiliam a avaliar o caso do pintor: lembrança ignorante e relevância epistêmica. Por um lado, dá-se *lembrança ignorante* quando o sujeito lembra, mas não acredita que lembra (ver BERNECKER, 2010, p. 103). Esse seria o caso do pintor, pois é plausível que ele pinte a cena do passado por estar lembrando, ainda que não ache que esteja lembrando. Por outro lado, uma representação mental é *epistemicamente relevante* para um sujeito se este sujeito está disposto a levar essa representação em conta ao julgar sobre o que se deu no passado (ver DEBUS, 2010, p. 21). Ora, a cena do passado não é epistemicamente relevante para o pintor, uma vez que ele não a leva em conta ao julgar sobre o que se deu no passado.

Como se vê, os conceitos de lembrança ignorante e de relevância epistêmica nos permitem detalhar algumas variedades de teorias causais da memória. No causalismo neo-clássico (Bernecker, 2010), aceita-se a visão de Martin & Deutscher (1966) de que o pintor lembra da cena, pois, dada a riqueza de detalhes que se ajustam à vivência passada, é implausível que se trate de mera imaginação. Desse modo, para Martin & Deutscher (1966) e para Bernecker (2010), o pintor lembra, porquanto a explicação mais simples é que a representação da cena pintada foi causada pela experiência anterior da cena. Mas, como o pintor não acredita que está lembrando, o pintor tem uma “lembrança ignorante”.

Debus (2010), no entanto, entende que Martin & Deutscher (1966) propuseram condições necessárias, mas não suficientes, para distinguir a lembrança da imaginação. Isto é, para Debus (2010), para haver lembrança, é preciso não somente que as três condições propostas pela análise causalista do conceito de memória sejam satisfeitas, mas também que, como uma quarta condição para o lembrar, se satisfaça a condição de relevância epistêmica. Isto é, não basta que a representação mental tenha sido causada pela experiência anterior. Além disso, o sujeito tem que acreditar que a representação mental é

relevante para o pensamento sobre o que se deu no passado.

De modo que, mesmo entre os causalistas, a teoria causal da memória “clássica” proposta por Martin & Deutscher (1966) está longe de ser a última palavra – sendo, antes, apenas o início de uma importante maneira de se investigar a natureza da memória. Como os conceitos de lembrança ignorante e de relevância epistêmica nos deixam ver, há ainda um longo caminho para que os causalistas, os quais partem de uma metafísica da memória robusta, cheguem a um consenso sobre a epistemologia da memória.

2.4 Construção

2.4.1 Preservacionismo: o modelox “xerox” da memória

Em Sant'Anna & Michaelian (2019a, seção 1.2.2), apresentamos o fato de que a memória é uma capacidade construtiva (em vez de preservativa) como um problema para a teoria causal da memória (De BRIGARD, 2014, é uma boa exposição acerca deste fato). Neste texto, queremos dar mais um passo, agora expondo soluções causalistas para este problema.

Objeta-se, contra a teoria causal, que ela seria incompatível com o caráter construtivo do processo que gera tanto as lembranças quanto as imaginações episódicas (ver MICHAELIAN, 2016a)⁸. Nesta leitura, o causalismo está comprometido com o preservacionismo (ver MCCARROLL, 2018; MICHAELIAN & ROBINS, 2018), ou “modelo xerox da memória” (BERNECKER, 2008, p. 144), segundo o qual o conteúdo da percepção anterior e o conteúdo da representação mnêmica posterior devem ser do mesmo tipo. Por exemplo, segundo o modelo xerox da memória, se você experienciou perceptualmente a visão de um gato sobre a mesa (representação do tipo G, digamos), mas você representa mnemonicamente um animal doméstico sobre a mesa (representação do tipo A, digamos), então você não lembra, pois representações de gatos e representações de animais são de tipos diferentes.

Causalistas, no entanto, não precisam se comprometer com o preservacionismo. Causalistas podem aceitar que o sistema de memória *constrói* uma representação que pode

⁸ Esta objeção é natural, pois a teoria causal da memória enfatiza o vínculo inalterado entre o evento anterior e a representação posterior, o que é uma tese metafísica. No entanto, é comum que se faça uma leitura epistêmica deste vínculo, entendendo-se que, para um causalista, a representação mnêmica em nada difere da representação perceptual passada.

diferir da representação perceptual. Mas nem todo tipo de construção gera memórias genuínas.

Uma maneira pela qual o caráter construtivo da memória se compatibiliza com o causalismo, gerando lembranças genuínas, é através da *subtração* de informação (ver BERNECKER, 2008, capítulo 9). Considere novamente o caso no qual o sujeito que percebeu um gato lembra de um animal (sendo que a lembrança é mais geral do que a experiência anterior). Neste caso, aquilo que é lembrado é a informação que já estava incluída na percepção, pois (suponhamos) o sujeito concebe gatos como animais (em vez de robôs controlados por marcianos, para darmos outro exemplo proposto por Putnam, 1992 [1981]). Assim sendo, mesmo havendo transformação da informação, se há uma conexão causal apropriada entre a experiência anterior e a representação posterior, então se trata de uma lembrança (ver BERNECKER, 2008).

2.4.2. A extensão de limites

Há construções mnêmicas, no entanto, que envolvem *adição* de informação. No fenômeno da extensão dos limites (*boundary extension*), por exemplo, o sujeito lembra do que não percebeu (ver INTRAUB, 2020). Suponha que você foi na loja, foi atendido, e você lembra das pernas do balconista, mas você nunca as viu, por causa do balcão que barrava sua visão. Este é um caso que desafia o causalismo, pois não há vínculo causal entre o conteúdo percebido anteriormente e a representação mnêmica posterior. A resposta causalista, neste caso, é que a extensão de limites é um *processo* confiável e que adições de conteúdo causadas por processos confiáveis devem ser reconhecidas como geradoras de lembranças genuínas (ver BERNECKER, 2017a, p. 9). Esta resposta, no entanto, não é satisfatória, visto que parece estar em tensão com a própria ideia de uma teoria causal da memória, a qual enfatiza a necessidade de uma conexão causal apropriada entre a experiência original e a representação posterior, pois, no fenômeno da extensão dos limites, a pessoa lembra de algo que não percebeu originalmente, o que conflita com o requisito de uma conexão causal apropriada⁹.

⁹ É importante observar que o debate usual em filosofia da memória sobre o fenômeno da extensão dos limites parte de pressupostos que vêm sendo questionados. Para Nanay (2022), a memória não é mera cópia da percepção, pois é simplesmente usual que a mente use imagens mentais para preencher lacunas da percepção. Assim, não se dá nada fora do usual no fenômeno mnêmico da extensão dos limites.

2.4.3. A mudança de perspectiva

Outra maneira pela qual a memória pode ser construtiva é pela mudança de perspectiva (McCARROLL, 2018). A perspectiva, em uma memória, é o ponto de vista a partir do qual a memória é reconstruída. Em alguns casos, uma pessoa pode lembrar de um evento como se estivesse observando a si mesma de fora – isto é, como se estivesse assistindo a uma cena em terceira pessoa. Isso é conhecido como *perspectiva do observador* (ver NIGRO & NEISSER, 1983). Em outros casos, a pessoa pode lembrar do evento a partir de sua própria perspectiva, como se estivesse revivendo a experiência exatamente como ocorreu, com o campo de visão correspondendo ao da situação original. Isso é conhecido como *perspectiva de campo* (ver NIGRO & NEISSER, 1983). Por exemplo, considere a lembrança do seu primeiro dia na escola. Talvez você se lembre deste dia “de dentro”, revivendo a sensação de segurar a mochila e a visão do rosto do professor te dando boas-vindas. Mas quem sabe você, da perspectiva de um observador externo, se veja, “de fora”, entrando na sala de aula pela primeira vez, curioso e ansioso.

Será que lembranças “de fora” são, genuinamente, memórias? Não para Von Leyden (1961), um filósofo da memória dos anos 1960. Mas, desde os anos 1980, os psicólogos têm entendido que é possível lembrar “de fora”: “Em algumas memórias, a pessoa tem a perspectiva de um observador, vendo a si mesmo ‘de fora’. Em outras memórias, a pessoa vê a cena de sua própria perspectiva; o campo de visão nessas memórias corresponde ao da situação original” (NIGRO & NEISSER, 1983, p. 467; tradução nossa). Assim sendo, a memória constrói até mesmo representações de experiências que não poderíamos ter tido, posto que nos vemos de um ponto de vista diferente do ponto de vista da experiência inicial.

Os causalistas são capazes de explicar o fenômeno da lembrança “de fora”. De acordo com o causalismo de McCarroll (2018), um sujeito é capaz de se lembrar “de fora” porque a experiência perceptual é, ela mesma, construtiva. Mais precisamente, a experiência perceptual é rica, envolvendo informação sensorial, mas também informação emocional e conceitual. Ora, de tal riqueza de informação codificada, várias são as permutações possíveis na evocação, sendo que o lembrar-se “de fora” é uma dessas permutações.

O caso das “lembranças de fora” é desafiador para todos os filósofos da memória, pois há razão para se suspeitar que se trate de mera imaginação (novamente, indicamos a leitura de VON LEYDEN, 1961). No entanto, há boas razões para seguir de perto a pesquisa psicológica contemporânea, a qual aceita a possibilidade de lembranças do ponto de vista do observador. Assim sendo, a proposta de McCarroll (2018) se mostra valiosa não

só por atualizar a compreensão filosófica deste fenômeno, como também por mostrar a vitalidade da teoria causal da memória ante um caso tão desafiador.

2.4.4 O efeito DRM

Outra transformação da memória é conhecida como o *efeito DRM* (DEESE, 1959; ROEDIGER & MCDERMOTT, 1995). O nome do efeito faz referência aos pesquisadores que o estudaram: James Deese, nos anos 1950, Henry Roediger e Kathleen McDermott, nos anos 1990. Trata-se de um fenômeno psicológico comum, no qual o sujeito lembra de palavras que não foram escutadas ou lidas antes, mas que estão semanticamente associadas às palavras que foram ouvidas ou lidas antes.

O procedimento para observar o efeito DRM é apresentar ao sujeito várias palavras semanticamente relacionadas a uma “isca” que não é apresentada, mas tem grandes chances de ser “lembrada” após a apresentação das outras palavras. Por exemplo, considerando a isca “sono”, apresenta-se ao sujeito as palavras “cama”, “acordar”, “cansado”, “sonho”, “soneca”, “cobertor”, “ronco” e “cochilo”. Após ouvir a lista de palavras apresentadas, há boa chance de que o sujeito “lembre” erroneamente de ter ouvido a palavra “sono”, a qual não estava na lista, mas está fortemente associada às palavras presentes na lista.

Os causalistas são capazes de explicar o efeito DRM. Robins (2016), uma importante filósofa causalista, entende que o efeito DRM não se dá porque o sujeito busca pelo item errado, dado que o sujeito reconhece os outros itens da lista apresentada. O efeito DRM também não se explica por ser um caso de raciocínio, pois o sujeito acredita *lembrar* da “isca”. Ou seja, a experiência se apresenta, para o sujeito, como sendo a de uma memória, e não uma de um raciocínio. Também não se pode explicar o efeito DRM por decaimento do traço de memória, visto que o resultado de “lembrar” da “isca” envolve a lembrança, em vez do esquecimento, dos outros itens da lista apresentada. Por fim, o efeito DRM não se explica por aleatoriedade, pois se trata de um efeito psicológico comum. A explicação do efeito DRM é, antes, que o sujeito erra ao “lembrar” da “isca” por lembrar dos outros itens antes apresentados. Mas, assim, o efeito DRM prova que a experiência anterior é causa da lembrança, seja nos casos de lembrança acurada, seja nos casos de “lembrança” inacurada.

Em suma, o caráter construtivo da memória é um desafio enorme para a teoria causal da memória. No entanto, o causalismo vem buscando maneiras de superar este obstáculo, seja através da noção semântica de subtração de informação, seja através de maneiras de explicar situações nas quais há adição de informação, como se vê no caso de

fenômenos psicológicos como a extensão dos limites, da mudança de perspectiva e do efeito DRM. Em quase todos esses casos, a teoria causal da memória propõe explicações compatíveis com a premissa fundamental de uma conexão causal entre a experiência original e a representação posterior.

2.5 A proposta simulacionista

2.5.1. A análise simulacionista do lembrar

Quais são as condições que precisam ser satisfeitas para que um sujeito lembre, segundo o simulacionismo? Partindo de elementos da análise causalista do lembrar, o simulacionista defende que um sujeito S lembra de um evento E se, e somente se (ver MICHAELIAN, 2016a):

(2) *Condição de Representação Presente*. S representa E.

(4) *Condição de Confiabilidade*. O sistema de construção episódica que gera a representação de E (4a) opera confiavelmente e (4b) tem como objetivo representar um evento do passado pessoal de S.

A Condição de Representação Presente adotada pelo simulacionista é a mesma adotada pelo causalista. Mas o simulacionista não aceita nem a Condição de Experiência Anterior, nem a Condição de Conexão Causal Apropriada. Em vez disso, o simulacionista propõe uma Condição de Confiabilidade que busca descrever os produtos do sistema de construção episódica que merecem ser considerados como casos de lembranças genuínas. A ideia é que se este sistema, operando confiavelmente (4a), tem como objetivo representar um evento específico do seu passado pessoal (4b), então você lembra deste evento.

Os simulacionistas rejeitam a terceira condição proposta pelos causalistas, isto é, a Condição de Conexão Causal Apropriada. No entanto, é intuitivo que S lembra de E porque S vivenciou E anteriormente (ver MICHAELIAN & ROBINS, 2018). Se lemos este “porque” causalmente, uma explicação causal do lembrar é intuitiva. Por que o simulacionista rejeita tal tese? A principal razão para tal rejeição é a visão, motivada pelos resultados empíricos discutidos na Seção 1, de que o sistema de construção de episódios deve operar da mesma maneira em todos os casos. Isto é, nos casos de lembrança episódica, de pensamento episódico contrafactual e de imaginação orientada ao futuro.

Mais especificamente, dado que imaginar eventos futuros ou contrafactuais não exige que os tenhamos experienciado, os simulacionistas sustentam que o sistema pode representar eventos do passado pessoal de um sujeito mesmo que este sujeito não os tenham vivenciado¹⁰. Ou, mesmo que a vivência do passado seja, circunstancialmente, a explicação do lembrar, esta explicação não envolve nenhuma necessidade, pois o mecanismo pode gerar resultados independentemente de tais vínculos causais (ver MICHAELIAN, 2016a). Portanto, segundo o simulacionismo, você pode lembrar do que não experienciou. E, nas situações nas quais você lembra do que vivenciou, não é necessário que aquilo que você vivenciou seja a explicação do fato de você lembrar em vez de meramente imaginar. Em suma, se você representa uma situação do seu passado, e o sistema que gera tal representação opera confiavelmente, então você lembra dessa situação.

2.5.2 Críticas ao simulacionismo

A proposta simulacionista, no entanto, enfrenta duras críticas. Mais adiante, focaremos na crítica de McCarroll (2020) ao simulacionismo. Nesta subseção, gostaríamos de simplesmente reconhecer, brevemente, algumas críticas recentes ao simulacionismo. Como são muitas e muito variadas, nesta seção nos limitamos a apresentar, sucintamente, algumas das principais objeções ao simulacionismo que encontramos na literatura recente – em um debate ainda em curso, diga-se de passagem. Para dar alguma ordem a esta literatura, organizamos nossa resenha da seguinte maneira: questões conceituais, questões fenomenológicas, questões empíricas, questões epistemológicas e questões sobre referência.

Questões conceituais. Uma família de críticas ao simulacionismo diz respeito aos conceitos centrais da teoria, como, por exemplo, os conceitos de simulação e de imaginação. Andonovski (2019) aponta para uma dificuldade relacionada ao emprego do termo “simulação” na teoria proposta por Michaelian (2016a). Por um lado, Michaelian (2016a) parece seguir a proposta de Schacter *et al.* (2008, p. 42), para quem “simular” é construir imaginativamente cenários e eventos hipotéticos. Por outro lado, esta visão parece triviali-

10 Note que, por “experiência” ou “vivência”, entende-se a ideia de que o sujeito tem experiências conscientes que resultaram no registro de informação no sistema por meio de traços mnêmicos. Desse modo, existem eventos que pertencem ao seu passado pessoal, mas que não foram experienciados ou vivenciados – por exemplo, o evento do seu nascimento ou da primeira vez que você dormiu em seu berço. O que o simulacionista nega é, portanto, a afirmação de que a informação que constitui uma lembrança no presente precisa ter origem na experiência ou vivência passada. Veja, no entanto, a discussão do simulacionismo radical abaixo, que “radicaliza” a teoria e abandona até mesmo a exigência de que o sistema represente eventos do passado pessoal.

zar a proposta de se caracterizar o lembrar episódico como uma maneira de simular imaginativamente. Pois, se “imaginar episodicamente” for construir tais cenários hipotéticos, não há dúvida que lembrar é imaginar.

Mas a pergunta permanece aberta: lembrar episodicamente é simplesmente construir cenários? Esta crítica é importante por colocar pressão sobre a questão acerca da substantividade das discussões acerca da proposta simulacionista. Usualmente, presume-se que os debates acerca do simulacionismo envolvem discordâncias substantivas entre os participantes. No entanto, como busca mostrar Langland-Hassan (2021), talvez haja mais concordância entre continuístas e descontinuístas do que usualmente se suspeita. Voltaremos ao tema das questões conceituais em filosofia da memória mais adiante.

Ainda nas críticas aos conceitos empregados pelos simulacionistas, Schwartz (2020) foca na noção de *função* empregada pelos simulacionistas. Segundo Schwartz (2020), os simulacionistas entendem por “função” de um sistema o seu valor para a sobrevivência e o sucesso reprodutivo. Nesta visão, a capacidade de simular o passado e o futuro, isto é, de viajar no tempo mental, é vista como uma vantagem evolutiva. No entanto, a visão tradicional da memória como um armazém, a qual foi imortalizada nas metáforas de Platão (2007), no diálogo *Teeteto*, do bloco de cera e do aviário, também é sobre a função da memória, mas não sobre o mesmo sentido de “função”.

No caso tradicional, ao se pensar sobre a função da memória, o que se tem em mente é como a memória contribui para a realização de tarefas. Não se trata, neste caso, do valor da memória para a sobrevivência, mas, sim, do que a memória permite que um animal faça. A comparação relevante, neste caso, é entre a memória e as capacidades sensoriais, as quais sem dúvida têm valor para a sobrevivência, e realizam uma função biológica, mas também realizam uma função de mecanismo de processamento de informação sensorial que modifica e modula o comportamento do animal. Nada impede, nota Schwartz (2020), que a memória realize a função de sobrevivência indicada pelos simulacionistas e também a função sistêmica indicada pela tradição. Assim, o simulacionismo pode, quem sabe, ser compatível com a visão tradicional da memória como um armazém de informações.

Simulacionismo e fenomenologia. Rivadulla-Duró (2022) apresenta críticas acerca da capacidade da teoria da simulação de explicar o sentimento de lembrança que é típico da experiência de lembrar. Toda teoria do lembrar episódico precisa explicar este sentimento, e este requisito é ainda mais crítico no caso do simulacionismo, pois se trata de uma teoria que, primeiro, não diferencia em nível profundo o lembrar do imaginar; segundo, reconhece que há tal sentimento; e, terceiro, dá a este sentimento o papel de marcador, para o sujeito, da diferença entre lembrar e imaginar.

Mas, pergunta Rivadulla-Duró (2022), como o simulacionista explica a capacidade que o sujeito tem de distinguir uma lembrança genuína de um pensamento contrafactual episódico? Para Rivadulla-Duró (2022), a realização de tal distinção depende de um mecanismo involuntário que é capaz de distinguir o atual do meramente possível. No entanto, os simulacionistas não explicam como este mecanismo de detecção da realidade opera. Assim sendo, o simulacionismo tem uma séria lacuna explicativa.

Simulacionismo e ciências da memória. Não raro, o simulacionismo é visto como uma proposta preferível ao causalismo por ser imediatamente motivado pela psicologia cognitiva da memória, o que dá ao simulacionismo as vantagens de ser uma teoria compatível com as melhores evidências disponíveis e de não ser uma mera reflexão filosófica acerca do conceito de lembrança do senso comum. No entanto, recentemente, Perrin (2021) reavaliou as evidências empíricas em favor do simulacionismo e concluiu que as mesmas evidências podem ser usadas em favor de uma versão procedural do causalismo¹¹. Mais especificamente, a partir de dados empíricos sobre movimentos oculares correlacionados à experiência de imagens mentais mnemônicas, Perrin (2021) defende uma abordagem “corporificada” da memória episódica. Michaelian (2022a) responde a Perrin (2021) apontando para o caráter inconclusivo das evidências que favoreceriam o causalismo e o caráter demasiado restritivo da caracterização da memória pela causação apropriada entre experiência original e lembrança subsequente.

Simulacionismo e epistemologia. Hoerl (2022) interpreta o simulacionismo como uma teoria que leva ao eliminativismo com respeito às lembranças episódicas. O argumento de Hoerl (2022) se apoia numa analogia. Assim como, na teoria do conhecimento, a melhor estratégia para definir conhecimento seria uma abordagem do tipo primeiro-o-conhecimento (*knowledge-first*, ver WILLIAMSON, 2000), a melhor estratégia em filosofia da memória seria partir de uma visão da lembrança episódica como a capacidade de reter conhecimento obtido em experiências oriundas do passado pessoal.

Desse ponto de vista, o problema para o simulacionismo seria que, ao negar que a memória seja uma capacidade diacrônica – isto é, uma capacidade que preserva informação obtida em uma representação passada e que transmite essa informação para uma representação presente –, a teoria não teria recursos para explicar como a memória preserva conhecimento. Como resultado, ao invés de ser vista como uma explicação da memória episódica, a proposta simulacionista seria melhor interpretada como uma proposta de eliminação desse conceito.

¹¹ Note que o causalismo procedural é uma teoria processualista acerca das lembranças episódicas. Não se trata de uma teoria acerca da memória procedural.

Outra crítica de caráter epistemológico ao simulacionismo foi proposta por Robins (2019). Robins (2019) entende o simulacionismo como uma teoria que distingue lembrança de imaginação em parte segundo a confiabilidade do sistema de construção episódica, sendo que, primeiro, lembranças são representações do passado geradas por sistemas confiáveis que buscam representar o passado, e, segundo, a confiabilidade do sistema de construção episódica é determinada pela frequência na qual o sistema gera representações acuradas. No entanto, objeta Robins (2019), o sistema de construção episódica de uma pessoa com desordens psiquiátricas pode, infelizmente, produzir mais representações inaccuradas do que lembranças genuínas, mas, ainda assim, produzir lembranças genuínas. Assim sendo, Robins (2019) propõe, contra os simulacionistas, que falsas lembranças sejam tipificadas pelo tipo de erro envolvido em vez de pela confiabilidade do sistema de construção episódica.

Ainda no terreno das críticas epistemológicas ao simulacionismo, Werning (2020) entende que o simulacionismo não é capaz de explicar a confiabilidade do sistema de memória episódica. Para o simulacionista, o sistema de memória episódica constrói representações a partir de informações armazenadas que não necessariamente se originam das experiências e eventos que estão sendo representados. No entanto, o uso de traços de memória oriundos das experiências e eventos representados seria a explicação mais simples para a confiabilidade do sistema de memória episódica.

É claro, o sistema de memória episódica é dinâmico e flexível, operando sob a influência de diversos fatores externos e internos. Ainda assim, se o sistema opera sem sofrer a influência causal da experiência anterior, a suposta confiabilidade do sistema é duvidosa¹². Uma opção, como indica Rivadulla-Duró (2022), seria o abandono, da parte do simulacionista, da confiabilidade do sistema de memória episódica. Este, no entanto, pode ser um preço que o simulacionista não está disposto a pagar.

Simulacionismo e referência. Alguns críticos apontam para dificuldades na proposta simulacionista que dizem respeito à referência a objetos e eventos no conteúdo de uma lembrança episódica (ver SANT'ANNA, 2021a; OPENSHAW, no prelo). Digamos que no passado S tenha experienciado E, e agora seu sistema de construção episódica, operando confiavelmente, gere uma representação de E. É suficiente que o sistema gere a representação de um evento singular que tem similaridade com o evento vivenciado para que esta representação denote o evento experienciado? Se este for o caso, no que o lembrar se

¹² Para uma crítica ao argumento de Werning (2020), e portanto um modo em que o simulacionista poderia responder a essa objeção, ver Andonovski (2022).

diferencia do aprender de novo? Não há resposta clara, da parte dos simulacionistas, para esta e outras questões relacionadas à referência¹³. Quem sabe, o simulacionista defenderia que a mera acurácia (o mero ajuste, ao menos) entre o que foi experienciado e o que é representado seja suficiente para que o sujeito esteja lembrando, desde que a lembrança seja gerada por um sistema de construção episódica que esteja operando de maneira confiável. Esta, ao menos, é a interpretação do simulacionismo proposta por Aranyosi (2020).

Pois suponha que você imagine, fielmente, o que se deu na última reunião do seu departamento, e que esta imaginação seja gerada pelo seu sistema de construção episódica, o qual, vamos supor, é confiável. Neste caso, parece que há elementos suficientes para que o simulacionista defenda que você está lembrando desta reunião. Aqui o simulacionismo mostra sua força, pois desafia a tese que lembrança episódica requer experiência direta. Michaelian (2016a) propõe que lembranças episódicas são mais parecidas com pinturas do que com fotografias. Eis um notável trecho do livro *Mental Time Travel*, no qual o autor explica o simulacionismo a partir de uma das suas memórias de infância:

Quando eu era uma criança no Canadá, eu viajei com minha família por parte dos Territórios do Noroeste. Em algum momento, paramos perto de um rolo de búfalo – uma área onde os búfalos rolavam no chão – e minha mãe me disse para ficar de pé nele enquanto tirava uma foto. Naturalmente, eu estava assustado, imaginando que um búfalo poderia aparecer a qualquer momento, começar a rolar, e assim me esmagar. Ou assim parece que eu me lembro. Na realidade, dada a minha idade na época, e dado que meus pais repetiram a divertida história para mim várias vezes depois, não posso ter certeza de que muito – ou mesmo algum – do conteúdo da minha aparente memória do episódio realmente se origine em minha experiência, ao contrário dos relatos subsequentes fornecidos por meus pais e minhas próprias imaginações subsequentes do episódio. Como disse von Leyden (1961), as memórias são mais como pinturas do que fotografias, e as peças que faltam de um episódio podem ser preenchidas por informações de outras fontes. O argumento do livro é que, em última análise, isso não importa. Minha memória do incidente do rolo de búfalo é uma memória tanto quanto qualquer outra, independentemente de o quanto de minha experiência original tenha sido preservada. E é provável que seja razoavelmente precisa, mais uma vez, independentemente de que alguma coisa da experiência original tenha sido preservada. A memória pode ser mais como uma pintura do que uma fotografia, mas uma pintura pode, afinal de contas, ser bastante precisa. (MICHAELIAN 2016a, p. 238-9; tradução nossa).

13 Ainda não é claro que os simulacionistas são capazes, ou não, de fornecer uma teoria da referência que seja satisfatória. Este é mais um debate em curso (ver Openshaw & Michaelian, em avaliação).

A lembrança do rolo de búfalo é, provavelmente, uma mescla das próprias experiências do jovem Kourken Michaelian com as narrativas dos pais que bem exemplifica a natureza das memórias episódicas segundo o simulacionismo. Mesmo que as lembranças sejam mais parecidas com pinturas do que com fotos, o pintor – o sistema de construção episódica – é confiável. Dado o talento do artista, o resultado costuma ser acurado.

Mas é aqui, também, que o simulacionismo revela seu ponto fraco, pois parece que o lembrar requer mais do que a mera representação fiel do passado. Este é, novamente, o desafio, que se apresenta ao simulacionista, de explicar a referência de uma maneira que vá além da mera criatividade do sistema de construção episódica.

Aranyosi (2020) entende que uma maneira de se lidar com o desafio de conectar a experiência à representação é através de um realismo direto que tome os objetos e eventos percebidos no passado como sendo constituintes das respectivas representações construídas pelo sistema de construção episódica (ver, também, a discussão de propostas similares em DEBUS, 2008, e SANT'ANNA, 2020).

Esta proposta, no entanto, enfrenta seus próprios desafios, uma vez que leva à complicação teórica do disjuntivismo¹⁴. Considere-se o caso no qual S acha que vê, no horizonte, um oásis, mas se trata apenas de uma miragem. Para o disjuntivista, uma miragem de oásis não constitui uma representação mnêmica da mesma maneira que um oásis genuíno constitui. Ainda que este possa ser o caso, não é claro como esta visão ajudaria a explicar o modo como o simulacionista deveria lidar com a questão da referência.

Em suma, são diversas as críticas ao simulacionismo, nos seus mais diversos aspectos. Aqui, focamos em críticas à maneira como os simulacionistas empregam conceitos filosóficos, à relação entre o simulacionismo e as evidências empíricas, à explicação simulacionista da fenomenologia do lembrar, à epistemologia e à teoria da referência simulacionistas. Em todos esses casos, estamos narrando debates em curso e sugerimos ao leitor acompanhar tais debates para ter informações mais atualizadas.

2.5.3 O simulacionismo radical

Como vimos na seção anterior, há um amplo debate em torno do simulacionismo. No escopo deste artigo, no entanto, pudemos apenas dar uma breve notícia de algumas

¹⁴ Ver Sant'Anna & Michaelian (2019b) para uma discussão sobre os problemas levantados pelo disjuntivismo na filosofia da memória. Ver Moran (2022) para uma defesa detalhada do disjuntivismo.

dessas discussões. Nesta seção, no entanto, gostaríamos de ver, um pouco mais a fundo, um desses debates, o qual abriu espaço para um simulacionismo radicalizado.

Começamos pelo contexto. Sob certas circunstâncias, os simulacionistas entendem que é possível lembrar mesmo do que não foi experienciado. Teoreticamente, a rejeição da tese da necessidade da experiência anterior levou a um importante debate sobre os limites do lembrar segundo o simulacionismo, pois parece que um sujeito pode lembrar mesmo de situações que não poderiam ser lembradas, dados os fatos sobre o funcionamento normal da amnésia infantil (ver McCARROLL, 2020). Além disso, será que é possível lembrar episodicamente de eventos que pertencem às vidas de outras pessoas? Essa não é visão padrão, mas simulacionistas radicais vêm defendendo esta proposta (ver MICHAELIAN, 2022b).

A possibilidade de lembrar episodicamente de situações que não pertencem ao passado *peçoal* levanta questões sobre o lugar do “eu” na lembrança. Em sua autobiografia, o pintor surrealista Salvador Dalí declara que, diferentemente de outras pessoas, ele tem lembranças de sua vida intrauterina. Isto é, Dalí, com seu humor afiado, alega que se lembra de quando ainda estava dentro da barriga de sua mãe. Quer este seja o caso, quer não, levando em conta o relato de Salvador Dalí, McCarroll (2020) lança uma provocação dirigida à teoria simulacionista da memória. De acordo com o simulacionismo, lembrar é simplesmente imaginar. Mas então, pergunta McCarroll (2020), se lembrar é apenas imaginar, as fantasias de Dalí são exemplos de memórias? Ao propor essa pergunta, McCarroll (2020) explora a coerência e as consequências do simulacionismo. Se as fantasias de Dalí são memórias, então o simulacionismo parece abrir a porta para uma gama quase ilimitada de “memórias”. Isso poderia levar a uma reavaliação radical de como concebemos a memória e seu papel em nossa cognição.

O simulacionista afirma que “[...] é possível, em princípio, lembrar mesmo quando não se vivenciou de fato o episódio relevante, para começo de conversa” (MICHAELIAN, 2016a, p. 118; tradução nossa). Agora considere Emily, a sonâmbula. Ela tem o comportamento involuntário de caminhar durante o sono. Ontem à noite, enquanto dormia, Emily foi até a cozinha e preparou um sanduíche. Sua colega de quarto, Aline, viu tudo. De manhã, Aline contou detalhadamente a Emily o que viu. Ela disse que garrafas tilintavam quando ela abriu a porta da geladeira, que ela pegou o queijo, que ela se sentou na mesa em frente ao sanduíche, mas não o comeu, que ela sentiu o cheiro de algo temperado com alho, que Emily voltou para a cama, sempre dormindo. Emily nunca teve experiência consciente do que fez nessa noite.

Ainda assim, com base no relato de Aline, Emily criou, em sua mente, uma imagem sensorialmente rica do que fez. Suponhamos que essa imagem mental tenha sido criada por um sistema de construção episódica confiável que esteja operando com o objetivo de representar o que Emily fez na noite passada. Nesse caso, de acordo com o simulacionista, Emily se lembra episodicamente do que fez na noite passada, na medida em que a representação de Emily satisfaz uma condição de *internalidade*, segundo o qual o processo de geração de uma lembrança deve ser interno ao corpo do agente (MICHAELIAN, 2016b).

Considerando a internalidade, uma diferença importante entre lembrar e imaginar para o simulacionista seria que, quando você reaprende algo *x*, sua representação de *x* não começa em seu sistema de construção episódica. Por esse motivo, você não se lembra porque outro sistema cognitivo (que não é o seu sistema de construção episódica) é a fonte da representação do seu passado. Mas nada impede a internalização das informações reaprendidas. Por exemplo, depois que Alice conta a Emily sobre seu episódio de sonambulismo, Emily pode internalizar a informação e satisfazer a condição de internalidade.

Mas qual o papel do “eu” na lembrança? A principal resposta simulacionista ao desafio de McCarroll é o *simulacionismo radical*, o qual é a visão que a memória é uma forma de imaginação e que lembrar é simplesmente imaginar um evento do passado, independentemente de esse evento pertencer (ou não) ao passado pessoal (ver MICHAELIAN, 2022b). O simulacionista radical, tal como o simulacionista tradicional, considera que a memória episódica e o pensamento episódico futuro são sustentados por um sistema neurocognitivo comum, o sistema de construção episódica, responsável por produzir representações de eventos passados e futuros com base em informações armazenadas que são derivadas das experiências do sujeito. E o simulacionismo radical, tal como o simulacionismo tradicional, também rejeita a condição de causalização apropriada da teoria causal, segundo a qual a lembrança genuína se distingue da lembrança meramente aparente pela presença de uma conexão causal apropriada. O simulacionismo radical desafia as teorias usuais do lembrar, pois implica a ideia de que alguém pode se lembrar de eventos que não fazem parte de seu passado pessoal, como a chegada de Napoleão a Grenoble em 1815 (MICHAELIAN, 2022b, p. 16). Isso desafia a ideia de que a memória está necessariamente ligada à experiência pessoal.

3. O debate sobre a (des)continuidade entre lembrar e simular o futuro

O problema da mnemicidade diz respeito à relação de identidade ou diferença entre estados mentais que são considerados lembranças e estados mentais que são considerados imaginações (ver MICHAELIAN & SUTTON, 2017). Este problema é, por um lado, epistemológico, pois somos capazes de rotular os nossos estados mentais e os estados mentais de outros como sendo ou lembranças, ou imaginações (ver ROBINS, 2020; MAHR, 2023). Por outro, este é um problema metafísico, pois faz sentido investigar em virtude do que um estado mental é uma lembrança em vez de ser mera imaginação. No debate contemporâneo em filosofia da memória, esta discussão diz respeito à (des)continuidade entre o lembrar e o imaginar, e as principais posições são o *continuismo*, segundo o qual lembrar é “contínuo” ao imaginar, e o *descontinuismo*, segundo o qual há ao menos uma diferença fundamental entre memória e imaginação (ver PERRIN, 2016, MICHAELIAN, 2016C; PERRIN & MICHAELIAN, 2017; MICHAELIAN *et al.*, 2022). Como este é um tema que não abordamos em Sant’Anna & Michaelian (2019a), e é, também, um tema que recebeu atualizações recentes, resenhamos este debate nesta seção.

A investigação sobre a (des)continuidade entre memória e imaginação tem se mostrado fértil em filosofia da memória. Tudo começa com o debate corrente entre causalistas e simulacionistas, o qual vimos acima. Por um lado, a motivação para a proposta causalista de Martin & Deutscher (1966) é, exatamente, distinguir as lembranças dos outros tipos de estados mentais, incluindo estados mentais de imaginação e estados mentais de reaprendizado. Assim sendo, é natural que os causalistas se mostrem, ao menos inicialmente, como descontinuístas¹⁵. Por outro, a pesquisa sobre a capacidade de viajar no tempo mental leva Michaelian (2016a) a propor que, fundamentalmente, lembrar é simular; portanto, lembrar é imaginar. Desse modo, ao menos inicialmente, é natural que os simulacionistas se apresentem como continuístas. Assim, surge o debate entre os filósofos da memória que veem o lembrar como sendo uma maneira de imaginar – os *continuístas* – e os filósofos da memória que defendem que há algo que faz com que lembranças sejam diferentes, fundamentalmente, de imaginações – os *descontinuístas*.

Mas (des)continuidade em relação ao quê? Esta questão já é, por si só, tema de debate. Há duas visões. Em primeiro lugar, há quem veja a memória e a imaginação como (des)contínuas com respeito aos processos neurocognitivos envolvidos. Este é o debate so-

¹⁵ Ver, entre outros, Bernecker (2008; 2010), Debus (2008; 2010; 2014), Perrin (2018), Werning (2020), De Brigard (2020). É preciso que registremos, no entanto, que há especulação sobre causalismos “continuístas” (ver LANGLAND-HASSAN, 2023b).

bre o (des)continuísmo processual (ver PERRIN, 2016; MICHAELIAN, 2016C; PERRIN & MICHAELIAN, 2017; MICHAELIAN *et al.*, 2022). No entanto, recentemente, Robins (2020), Sant'Anna (2021b) e McCarroll (2023) propuseram que o debate diz respeito não aos processos psico-funcionais, mas, sim, às atitudes de lembrar e de imaginar. Segundo o (des)continuísmo atitudinal, proposto recentemente por Robins (2020), Sant'Anna (2021b) e McCarroll (2023), o foco do debate é se a atitude que temos ao lembrar de um evento passado é a mesma que temos ao imaginar um evento futuro (ver também LANGLAND-HASSAN, 2023a). Abaixo, resenhamos sucintamente essas duas variedades de (des)continuísmo.

3.1 (Des)continuísmo processual

Com respeito ao (des)continuísmo processual, será que as evidências empíricas podem nos ajudar a decidir entre continuísmo e descontinuísmo? Alguns acreditam que sim. Uma defesa vigorosa do continuísmo processual é proposta por Donna Rose Addis:

Proponho que a memória e a imaginação são fundamentalmente o mesmo processo – simulação episódica construtiva – [...] o “sistema de simulação” atende aos três critérios de um sistema neurocognitivo. Independentemente de estarmos lembrando ou imaginando, o sistema de simulação: (1) age sobre as mesmas informações, baseando-se em elementos da experiência que vão desde detalhes perceptuais de granulação fina até informações conceituais de granulação mais grossa e esquemas sobre o mundo; (2) é governado pelas mesmas regras de operação, incluindo processos associativos que facilitam a construção de um andaime esquemático [...]; e (3) é servido pelo mesmo sistema cerebral (ADDIS, 2020, p. 233; tradução nossa).

Em suma, Addis (2020) defende que o mesmo sistema opera da mesma maneira ao gerar lembranças episódicas e ao gerar antecipações imaginativas do futuro. Assim sendo, a investigadora defende o continuísmo processual.

Em oposição, os descontinuístas processuais argumentam (1) que agir sobre o mesmo tipo de informação não é suficiente para se tomar duas atividades como constituindo o mesmo tipo de processo (ver ROBINS, 2023, p. 172); (2) que as regras de operação do lembrar são diferentes daquelas do imaginar prospectivo (ver PERRIN, 2016; 2018); e (3) que as evidências empíricas propostas são insuficientes para se concluir que o sistema de construção episódica tem uma única função bem-definida (ver ROBINS, 2023, p. 172). Assim, há dúvidas sobre as bases empíricas do continuísmo processual.

Outras propostas de solução empírica para a questão (des)continuista processual também se mostraram inconclusivas. Por um lado, há semelhanças entre as representações mnêmicas e as representações prospectivas, pois ambas são sobre eventos construídos (ver MICHAELIAN, 2016a); por outro, há diferença na maneira como o sujeito lida com cenas mnêmicas *vis-à-vis* cenas antecipadas (ver McCARROLL, 2023). Por um lado, as crianças desenvolvem a capacidade de lembrar e de imaginar o futuro mais ou menos ao mesmo tempo (ver SUDDENDORF & CORBALLIS, 1997). Por outro, elas também aprendem a distinguir lembranças de fantasias mais ou menos ao mesmo tempo (ver FIVUSH, 2011; MAHR, 2023). De forma semelhante, por um lado, há evidência de que há uma “rede neural *default*” (ver BUCKNER *et al.*, 2008) que gera tanto lembrança quanto imaginação. Por outro, há evidência de que esta rede é mais demandada na geração de imaginação prospectiva do que na geração de lembranças episódicas (ver SCHACTER & ADDIS, 2007). Há ainda outras evidências relevantes, mas, até o momento, ao menos, não se pode dizer que há algum fato observado que mostre, claramente, se lembrar e imaginar são, ou não, (des)contínuos. Como veremos na Seção 5, esta situação com respeito aos estudos e teorias é relevante para se entender os meta-debates acerca dos debates de primeira ordem em filosofia da memória.

3.2 (Des)continuismo atitudinal

Ainda com respeito à questão da (des)continuidade entre o lembrar e o imaginar, recentemente, partindo de uma proposta de Robins (2020), Sant’Anna (2021b) propôs que o debate está mal-orientado, pois ainda que o processo em virtude do qual se gera lembrança e prospecção fosse o mesmo, haveria razão para se disputar se há ou pode haver diferenças de atitude do sujeito com respeito a um certo conteúdo (ver Sant’Anna, 2021b, p. 78).

Por exemplo, digamos que o sistema de construção episódica gera a cena de uma festa de aniversário. O que tipicamente acontece numa situação como esta? Ora, a resposta a esta questão depende do tipo de atitude cognitiva na qual a simulação está encaixada. Há uma pluralidade de comportamentos e ações que podem envolver um mesmo tipo de simulação, na medida em que a atitude de sujeito é muito diferente se ele *lembra* da festa, se ele *antecipa* imaginativamente a festa, ou se ele imagina a festa que *poderia* ter acontecido. Em todos esses casos, o conteúdo simulado é o mesmo, mas há diferença na atitude cognitiva do sujeito. Ou seja, há diferentes atitudes, ainda que a simulação construída (e talvez o processo de construção) seja o mesmo.

Para um continuísta atitudinal, o sujeito tem o mesmo tipo de postura ante um conteúdo quando lembra e quando antecipa imaginativamente o futuro, mudando apenas a orientação temporal, para o passado no caso da lembrança, para o futuro no caso da antecipação (ver MICHAELIAN, 2016c, p. 63). Esta visão, no entanto, poderia ser desafiada por um defensor da teoria causal-epistêmica que apontasse para a diferença na relevância epistêmica (ver DEBUS, 2010) entre a atitude de lembrar e a atitude de antecipar, posto que a lembrança seria acompanhada de crença sobre o que aconteceu, enquanto a antecipação não precisa gerar crença sobre o que acontecerá.

A relevância epistêmica é, portanto, uma razão para se adotar o descontinuísmo atitudinal. Mas esta é apenas uma das maneiras nas quais se pode aprofundar a discussão sobre o (des)continuísmo a partir da abordagem atitudinal. De modo que a proposta de Sant'Anna (2021b) de redirecionar o debate (des)continuísta para a questão acerca das atitudes se mostra fértil, pois, se de um lado, é relativamente simples motivar um continuísmo acerca dos processos baseados em viagem no tempo mental, de outro, é muito mais difícil defender que as atitudes de lembrar e de imaginar são “contínuas”. Como conclui McCarroll (2023, p. 47):

[...] ao menos algumas formas de imaginação envolvem diferentes tipos de atitudes em relação à lembrança. Muitas formas de pensamento episódico futuro são imaginações conativas que têm uma direção de ajuste do-mundo-para-a-mente, e desempenham um papel motivacional em nossas economias cognitivas. Nesse sentido, a lembrança e essas formas de imaginação são descontínuas. A memória e a imaginação geralmente manifestam ajustes muito diferentes entre mentes e mundos.

4. O debate sobre o sentimento de passado

4.1 Sentimentos epistêmicos

Há vários debates, na filosofia da memória contemporânea, sobre os sentimentos epistêmicos (*epistemic feelings*) que acompanham o lembrar episódico. Um sentimento epistêmico (ou metacognitivo) é uma ocorrência mental que ocorre espontaneamente e diz respeito aos próprios processos mentais (ver ARANGO-MUÑOZ & MICHAELIAN, 2014). Sentimentos epistêmicos têm conteúdo intencional e caráter fenomenal, sendo não-conceituais em animais não-humanos e em crianças pequenas, mas podendo ser conceituais em adultos (ver ARANGO-MUÑOZ, 2014). Sentimentos epistêmicos são parte da vida cognitiva usual.

Considere o *sentimento de saber* (*feeling of knowing*). Às vezes sentimos que sabemos de algo. Quando perguntado sobre qual é a capital do Peru, você pode sentir que sabe que a resposta é “Lima”. Um exemplo mais simples é a *certeza* que você sente sobre a verdade de um pensamento ou opinião. Outro exemplo igualmente simples é o sentimento de *dúvida* com respeito a uma opinião. Há ainda o sentimento que a informação está na *ponta da língua*, ainda que você não consiga lembrar, e o sentimento de esquecimento, o qual se manifesta por haver indícios de lacunas, ou por haver dificuldade para acessar alguma informação. Sobre esses e outros tipos de sentimentos epistêmicos, ver Arango-Muñoz (2014).

Na história da filosofia da memória, encontramos várias propostas de “sentimentos” que hoje classificamos como metacognitivos e que estão relacionados ao lembrar. Aristóteles (2012 [séc. 4 a.C.], 450a) e Locke (2010 [1689], 2.10.2) descrevem o lembrar como uma experiência na qual algo é “percebido” com a “percepção” adicional de que isto que foi percebido já foi percebido antes. William James (1890) descreve o lembrar como uma experiência acompanhada dos sentimentos de calor e intimidade. Dorothy Wrinch (1920) relaciona o lembrar ao sentimento de familiaridade; Russell (1976 [1921]), na *Análise da Mente*, ao sentimento de passado; Mahr (2023) ao sentimento de lembrar. Mas para que servem tais sentimentos? Uma resposta é que o sentimento de passado que acompanha o lembrar episódico serve para indicar ao sujeito lembrante que a cena, a qual é por si mesma atemporal (ver RUSSELL, 1976 [1921]), é acerca do passado. Ou seja, o passado não seria parte daquilo que é representado na memória, mas, sim, algo que se sente ao se ter em mente uma cena simulada (sobre a representação do tempo no lembrar, ver De Brigard & Gessell, 2016).

4.2 A relação entre sentimentos metacognitivos e o lembrar

Daqui para diante, por uma questão de simplicidade, consideraremos que o lembrar é acompanhado de um sentimento de passado. Nesta seção, nos ocupamos da relação entre o sentimento de passado e o lembrar.

Dokic (2014; 2022) propôs uma explicação da memória episódica em duas camadas, a qual tem uma representação do passado numa camada e um sentimento de saber episódico na outra. A relação entre as duas camadas, no entanto, é complexa. Por um lado, a representação do passado se relaciona ao passado pessoal do sujeito. Por outro, o sentimento de passado relaciona dois tipos de “metadados” a essa representação: que se

trata da representação de algo familiar e que se trata da representação de algo que se origina da experiência pessoal de primeira mão¹⁶. Ou seja, o sentimento de passado indica que a representação não é fruto de raciocínio ou testemunho. Assim sendo, o sentimento de passado não é mero adorno afetivo da representação do passado. Muito ao contrário, ele fornece ao sujeito informação sobre a origem, no passado pessoal, da representação do passado. De modo que o sentimento de passado que acompanha a representação do passado no lembrar episódico serve de guia para que o sujeito forme opinião sobre o que vivenciou antes, o que se relaciona, novamente, à questão da relevância epistêmica (ver DEBUS, 2010).

Assim, a hipótese central de Dokic (2014; 2022) é que o lembrar episódico tem duas camadas cognitivas, uma envolvendo uma representação de uma situação passada, outra envolvendo um sentimento epistêmico relacionado a esta representação. O sentimento de passado faz com que a representação encaixada na primeira camada pareça ser de primeira mão. Isto é, o sentimento de passado indica a origem da representação como sendo uma certa vivência passada do próprio sujeito.

Mas o que faz com que a lembrança seja *episódica*? Simplificando, há duas possibilidades. De um lado, pode ser que a episodicidade se explique pela primeira camada, a qual envolve uma representação de uma situação. De outro, pode ser que a episodicidade se explique pela segunda camada, a qual envolve um sentimento de passado. Seria simples usar o sentimento de passado como o elemento gerador de episodicidade. Dokic (2014; 2022), no entanto, defende que a representação da primeira camada já é episódica independentemente da segunda camada. Ou seja, se o sujeito representa mentalmente sua festa de aniversário de dez anos, esta representação já é episódica por se originar da experiência passada.

Nesse sentido, o sentimento de passado é epifenomenal (um “comentário”), pois meramente indica ao sujeito a origem da representação. Dito de outro modo, o sujeito não precisa experienciar o sentimento de passado para lembrar episodicamente, pois tudo o que o sentimento de passado faz é dar indicações epistêmicas sobre o fato da representação ser de primeira mão.

16 Notamos aqui que Dokic (2014; 2022) concebe sua teoria como sendo uma explicação do que ele chama de *sentimento episódico de saber* (*episodic feeling of knowing*). Perrin *et al.* (2020) criticam Dokic nesse sentido, argumentando que o sentimento em questão é melhor concebido como um sentimento de passado (*feeling of pastness*). Como não há muita clareza sobre se há uma disputa substancial ou meramente terminológica aqui, optamos por falar unicamente de um sentimento de passado para facilitar a exposição.

4.3 Intencionalismo e metacognitivismo

Qual a fonte do sentimento de passado? Por que uma imagem mental é sentida como passada, em vez de futura? Com respeito à questão acerca da fenomenologia do tempo no lembrar, uma importante posição é o *intencionalismo*, segundo o qual o sentimento de passado que o sujeito sente ao lembrar episodicamente se explica por aquilo que é representado mnemicamente. Isto é, para o intencionalista, o conteúdo da memória origina o sentimento de passado. Uma importante versão do intencionalismo é o funcionalismo (FERNÁNDEZ, 2019). De acordo com essa proposta, uma lembrança episódica é estruturada de tal modo que ela se representa como tendo sido causada por uma experiência perceptual passada. Assim sendo, quando você lembra de algo, você não está apenas lembrando do evento ele mesmo, uma vez que, além disso, você também representa a lembrança como sendo algo que foi causado pela sua experiência passada do evento. Esse aspecto auto-referencial da memória, segundo Fernández (2019), é o que origina o sentimento de passado. É porque você se representa como tendo percebido E no passado que você sente E como passado.

Contudo, para Perrin & Sant'Anna (2022), o intencionalismo enfrenta dificuldades. Por exemplo, o intencionalista não explica o grau de intensidade do sentimento de passado. Um evento pode parecer mais passado do que outros eventos. Por exemplo, seu café da manhã de hoje pode parecer menos passado do que a última vez que você molhou os dedos dos pés num riacho. Quem sabe você tenha um sentimento de passado mais forte (ou um sentimento de “mais passado”) no caso do riacho. Note que, nos dois casos, o que temos é um conteúdo que, segundo o intencionalista, estaria gerando o sentimento de passado. Mas, se tudo o que é preciso para gerar o sentimento de passado é o conteúdo, como se explica a diferença de grau de intensidade do sentimento de passado nestes dois casos?

Para Perrin & Sant'Anna (2022), dificuldades como esta motivam a busca de uma maneira diferente de explicar o sentimento de passado, a qual leva em conta tanto o que é representado mnemicamente quanto o processo de construção da lembrança. Esta é a base da abordagem metacognitiva (PERRIN *et al.*, 2020; PERRIN & SANT'ANNA, 2022; SANT'ANNA, no prelo).

Na explicação metacognitiva do sentimento de passado que se dá, como fenomenologia da consciência do tempo, no lembrar episódico, o sentimento de passado resulta do monitoramento e da interpretação subpessoais – no mais das vezes, das características do processamento neurocognitivo que resulta no lembrar episódico. A *fluência* é uma

dessas características importantes que resulta no lembrar episódico. A fluência, enquanto característica do processo de construção de uma lembrança episódica, diz respeito ao grau de facilidade que o sistema neurocognitivo encontra para gerar a representação do passado. Quando lembramos de um evento, o que se dá não é um mero *replay* de um evento passado (ver LANGLAND-HASSAN, 2023b). Em vez disso, o que se dá é que o encéfalo reconstrói o evento a partir de diversos fragmentos de informação disponível.

Esse processo de reconstrução pode ser mais ou menos fluente, dependendo do que está para ser representado. O processo de reconstrução é mais fluente se os fragmentos de informação que foram utilizados para construir a lembrança estão fortemente interconectados ou foram evocados com mais frequência. Por exemplo, se você costuma rever as fotos da sua festa de aniversário de dez anos, ou costuma falar sobre essa festa com seus familiares, os diversos fragmentos de informação (detalhes visuais registrados fotograficamente, relatos dos parentes, suas próprias memórias) estão fortemente entrelaçados. Isto pode levar a uma construção mais fluente de uma lembrança episódica de algum acontecimento que se deu durante a festa.

Ou, quem sabe, seja mais fácil para você lembrar do seu primeiro dia no seu novo emprego. Vários fragmentos de informação estão muito bem conectados: seu nervosismo, o percurso na cidade e nas instalações da empresa que te contratou, as pessoas que você encontrou, as tarefas que te pediram para cumprir. Talvez você relembre deste dia frequentemente – durante as conversas com novos colegas de trabalho, nos seus encontros com outras pessoas – e, por isso, os fragmentos de informação estejam muito bem conectados uns com os outros, levando a mais fluência no processo de evocação mnêmica do evento.

Nesses exemplos, o que se dá é que seu encéfalo pode, fácil e rapidamente, reunir informações para gerar uma representação do passado. Como o processo é fácil para o cérebro, você sente que aquilo que é representado é passado. Isto é, seu cérebro traduz a facilidade que teve para gerar a representação em sentimento de passado para você. Em comparação, se as informações A e B estão desconectadas, ou não têm sido evocadas com frequência, o encéfalo tem que trabalhar para reuni-las. Por causa do trabalho que tem, o cérebro não sinaliza tais informações como passadas. Por isso, você experimenta tais reconstruções com menos grau de passadidade – ou mesmo sem sentimento de passado. Desse modo, a fluência do processo leva a um sentimento de passado.

Além disso, a fluência do processo leva à confiança na passadidade do produto (isto é, na acurácia da representação gerada), pois se a representação foi facilmente cons-

truída é porque (provavelmente) os fragmentos de informação já estiveram reunidos no passado – na percepção do evento agora lembrado, provavelmente. Inversamente, menos fluência leva a menos confiança de que se trata de uma lembrança em vez de uma fantasia (ver PERRIN & SANT'ANNA, 2022).

Assim, na explicação metacognitiva do elemento autoonético (isto é, do sentimento de passado) que faz parte do lembrar episódico, a fluência é considerada um elemento crucial. Consequentemente, contra a abordagem intencionalista, não é apenas o produto (isto é, o conteúdo lembrado) que importa para explicar o sentimento de passado, pois o processo de construção do conteúdo é parte da explicação. Se apenas o conteúdo fosse responsável por originar o sentimento de passado, não seria de se esperar correlação deste sentimento com a facilidade relativa do processo de construção da representação do passado. Mas há tal correlação. Desse modo, a explicação intencionalista precisa ser revista.

A abordagem metacognitiva da fenomenologia do lembrar episódico também responde ao problema da mnemicidade (isto é, à questão acerca da demarcação do lembrar episódico *vis-à-vis* o imaginar episódico). Segundo Perrin & Sant'Anna (2022), a fenomenologia da consciência do tempo no lembrar episódico desempenha um papel crucial na distinção subjetiva do lembrar em contraste com o imaginar, dado que é justamente por sentir que uma certa representação é do passado que o agente a toma por uma lembrança em vez de uma mera imaginação (ver também MICHAELIAN, 2016a; PERRIN *et al.*, 2020).

Em suma, Perrin & Sant'Anna (2022) defendem que, para explicar o sentimento de passado, a abordagem metacognitiva é preferível à abordagem intencionalista, porquanto a abordagem metacognitiva explica o problema da intensidade do sentimento de passado e explica a correlação entre facilidade do processo de construção e sentimento de passadidade.

5. O meta-debate sobre a natureza dos debates de primeira-ordem

Diante da complexidade e diversidade dos debates na filosofia da memória, surgiu uma reflexão de segunda-ordem: o que realmente está em jogo nesses debates de primeira-ordem? Os filósofos da memória, envolvidos em tantas discussões relacionadas à natureza da memória, foram levados, em alguns casos ao menos, a pensar sobre o que se dá nesses debates. E esses debates de segunda-ordem (que, no momento, estão em anda-

mento) sobre os debates de primeira-ordem chegaram a algumas hipóteses importantes. Focaremos aqui em dois meta-debates, um entre causalistas e simulacionistas, e o outro entre continuístas e descontinuístas.

O debate entre causalistas e simulacionistas envolve acordos e desacordos. Por um lado, causalistas e simulacionistas concordam que dá para se investigar a natureza da lembrança episódica investigando, por exemplo, os erros de memória, os quais compreendem as falsas memórias e as confabulações (ver MICHAELIAN, 2023; BERNECKER, 2023). No entanto, causalistas e simulacionistas estão em desacordo sobre como caracterizar a natureza do lembrar episódico, porque, de um lado, os filósofos causalistas explicam o lembrar a partir da noção de causação, enquanto que, de outro, os filósofos simulacionistas explicam a noção de lembrar episodicamente através da noção de confiabilidade. Este desacordo gera preocupação, pois abre espaço para o risco de haver um debate meramente verbal (ver CHALMERS, 2017).

No outro debate, entre continuístas e descontinuístas, há um acordo geral de que as novas evidências encontradas por psicólogos acerca de haver um sistema único gerando lembranças episódicas e imaginação de si mesmo no futuro devem ser levadas em conta na caracterização do que é o lembrar. Ambos os lados concordam com isso. Ainda assim, há desacordo sobre como interpretar esses dados. Por um lado, os continuístas processuais defendem que encontrar essa continuidade é o suficiente para que se infira que se trata de uma única e mesma espécie natural (*natural kind*). A espécie natural, no caso, é a espécie natural do imaginar episódico – sendo que, dentro dessa espécie, temos uma subespécie que seria o lembrar episodicamente.

Os descontinuístas atitudinais, em contraste, defendem que mesmo havendo a mesma base na natureza para a geração do lembrar episodicamente e do imaginar episodicamente, deveríamos considerar importantes diferenças epistêmicas e metafísicas entre lembrar e imaginar. Epistemicamente, o lembrar tem papéis importantes que não são dados ao imaginar. Nós temos compromissos que dependem de lembrarmos do que aconteceu no passado, não de imaginarmos o que aconteceu no passado. E metafisicamente, nós exigimos do lembrar a factividade. Nós pedimos do lembrar que se represente algo que de fato aconteceu, enquanto que não há problema em se imaginar o que poderia ter acontecido.

Sem dúvida nenhuma, esses debates trouxeram muitos avanços. Além dos ganhos teóricos apresentados acima, há a teoria do minimalismo de traços (WERNING, 2020) e o debate sobre a função do lembrar (SCHWARTZ, 2020; MAHR, 2023; ROBINS, 2023), por exemplo. Ainda assim, os debates estão empatados.

Essa situação levou alguns filósofos a tentarem avaliar se os debates em curso estão bem estruturados. Veio à tona a suspeita de que talvez não se chegue a uma solução, porque o debate, em si, tem certas características. Quem sabe, os embates diretos entre causalistas e simulacionistas e entre continuístas e descontinuístas não resultem em algo conclusivo porque cada lado está pressupondo a própria visão do que é o lembrar, o que poderia nos levar a uma situação de disputas verbais (ver CHALMERS, 2017), na medida em que cada lado estaria falando de algo diferente. Seriam disputas vazias, nesse sentido.

Como estão estruturados, então, os debates em filosofia da memória? Para responder a essa questão, Craver (2020) distingue entre o lembrar epistêmico e o lembrar empírico. Há também o contextualismo explanatório (McCARROLL *et al.*, 2022), a leitura dos debates como negociações metalinguísticas (SCHIRMER DOS SANTOS, 2020; SCHIRMER DOS SANTOS *et al.*, 2023), e a recente proposta de Openshaw (no prelo) de ver as situações que encontramos nesses debates como conflitos de integração.

Craver (2020) propõe que os debates não progridem porque alguns filósofos estão falando de um tipo de lembrança enquanto outros filósofos estão falando de outro tipo. O que se dá é que, por um lado, os simulacionistas e os continuístas estão falando daquilo que Craver (2020) chama de “lembrar empírico”. E o que é o lembrar empírico? O lembrar empírico é a produção de uma representação do passado pelo sistema neurocognitivo que gera tanto lembrança episódica quanto a imaginação de si mesmo no futuro. Assim, há uma única espécie natural envolvida na produção de lembranças e imaginações episódicas. Nesse sentido, há uma continuidade entre o lembrar e o imaginar.

Por outro lado, é bem provável que, ainda que aceitem essa noção de lembrar empírico, os descontinuístas estejam pensando em questões relacionadas ao que Craver (2020) chama de “lembrar epistêmico”, que é o lembrar enquanto algo que é socialmente importante (ver MAHR & CSIBRA, 2018). O lembrar epistêmico tem um certo papel social. Por exemplo, numa situação de cooperação social, se uma pessoa diz que lembra que ontem choveu, a pessoa está comunicando que ela mesmo percebeu isso, e está dizendo também que isso é verdade. Agora, se essa mesma pessoa diz que imagina que ontem choveu, ela está dizendo que não percebeu isto que ela relata.

Outra visão é o *contextualismo explanatório* (McCARROLL *et al.*, 2022). Nesse caso, a ideia, em parte antecipada por Bernecker (2008), é que a palavra “lembrar” tem diferentes significados em diferentes contextos. Alguns contextos são normativos. Nesses contextos, as condições de sucesso para que se dê o lembrar são de um tipo. Noutros, as condições de sucesso do uso de “lembrar” seriam descritivas, pois estaria se falando das

espécies naturais que se espera individuar como fundamentos objetivos do lembrar. Então, temos novamente aqui um diagnóstico já proposto por Craver (2020): um lado da discussão pode não estar falando da mesma coisa que o outro. É possível, então, que ambos estejam certos, ao mesmo tempo, mas sobre diferentes sentidos de “lembrar”.

Schirmer dos Santos e colaboradores (2023) concordam que há mais de um sentido de lembrar envolvido nesse debate, mas discordam do pressuposto tácito de que esses filósofos não estejam percebendo que estejam usando significados diferentes. Existe uma equivocidade no lembrar no debate, mas Schirmer dos Santos e colaboradores (2023) dizem que isso não é um mero acidente. Tal equivocidade do lembrar envolve efeitos pragmáticos, que no caso seriam especificamente negociações metalinguísticas (PLUNKETT & SUNDELL, 2013; PLUNKETT *et al.*, 2023) nas quais cada lado, conhecendo muito bem o que o outro lado quer dizer com a palavra “lembrar”, usa da sua própria maneira a palavra “lembrar” para mostrar para o outro lado como essa palavra *deveria* ser usada. De modo que a equivocidade não é um acidente. Cada lado está, de fato, sabendo que o outro usa de uma maneira diferente a palavra “lembrar”, e usa a “mesma” palavra da sua maneira para mostrar como o lado oposto deveria usar a palavra “lembrar”, levando em conta tudo o que se sabe sobre o lembrar. Então é uma disputa substantiva, em vez de verbal, sobre o que a palavra “lembrar” deveria significar.

Por fim, dentre as propostas de meta-debates, nós temos a contribuição de Openshaw (no prelo). O artigo de Openshaw desenvolve e busca esclarecer a proposta de Craver (2020). Enquanto Craver (2020) enfatiza dois sentidos distintos da lembrança e seus respectivos contextos intelectuais, Openshaw enfatiza *três* níveis distintos de investigação sobre a lembrança, sendo que há diferentes questões em cada um desses diferentes níveis de investigação da memória. Como há diferentes níveis de investigação da memória e cada pesquisador está trabalhando com um nível diferente, o que acontece nesse caso é que o que se deve buscar é uma integração desses níveis, numa teoria mais compreensiva.

Para Openshaw, os níveis da investigação são: o nível dos processos psico-funcionais, o nível da referência (que é o nível no qual se investiga a identidade de referência que se espera encontrar entre a percepção passada e a lembrança posterior), e também o nível da acurácia, no qual se avalia a similaridade entre aquilo que foi percebido no passado e aquilo que está sendo lembrado agora.

Para Openshaw, o que nós temos que buscar é a melhor resposta para cada nível. Dessa maneira, os filósofos da memória, cooperativamente, podem buscar criar uma teo-

ria da memória compreensiva, que seja mais completa e que abranja adequadamente cada nível.

Nesse percurso, Openshaw defende que alguns princípios do lembrar que haviam sido rejeitados por quem trabalha no nível dos sistemas psico-funcionais podem ser resgatados. Por exemplo, o princípio de que você só pode lembrar do que foi percebido no passado pode ser resgatado (e deve ser resgatado, de acordo com Openshaw), ainda que os simulacionistas digam que você pode lembrar daquilo que você não percebeu no passado.

Mais especificamente, para Openshaw, embora o simulacionismo explique a natureza dos processos psico-funcionais que ocorrem nos sistemas neurocognitivos, a questão sobre a referência exige uma resposta que pressupõe princípios explicativos diferentes, dentre os quais a relação entre lembrança e experiência passada se coloca como um princípio central.

Sobre a acurácia, alguns filósofos, como Fernández (2019) acreditam que a primeira coisa (a mais importante) para caracterizar o lembrar é se a experiência é de lembrar ou de imaginar; só depois é importante determinar se você está lembrando acuradamente ou não. Ou seja, Fernández (2019) vai dizer que você pode lembrar do que não aconteceu e do que você não vivenciou. Isto é, para Fernández (2019), você pode ter memórias que são ostensivas em vez de factivas. Com respeito a isso, se seguirmos o plano de Openshaw (no prelo), o que temos é uma situação na qual poderíamos responder a Fernández (2019) dizendo que ainda que o sistema de construção episódica gere imaginações que não são factivas, quando falamos do nível da acurácia, deveríamos seguir um princípio preservacionista, e dizer que é lembrança apenas aquilo que preserva uma similaridade com os conteúdos que foram percebidos no passado.

Essas são, portanto, propostas de avaliar o que ocorre nos debates de primeira-ordem para que haja uma melhor coordenação entre os filósofos da memória.

Conclusão

Neste artigo, buscamos enriquecer o leque de publicações sobre os debates centrais da filosofia contemporânea da memória que estão disponíveis ao leitor de língua portuguesa. Na seção 1, apresentamos o conceito de viagem no tempo mental, o qual serve de pano de fundo para boa parte da pesquisa filosófica atual sobre o lembrar episódico. Na seção 2, detalhamos o debate entre causalistas e simulacionistas sobre a metafísica do lembrar episódico. Vimos como o causalismo enfrenta desafios relacionados ao caráter construtivo da memória, e como o simulacionismo propõe um revisionismo sobre a natureza da memória.

Na seção 3, exploramos o debate entre continuístas e descontinuístas sobre a relação entre lembrar e imaginar. Vimos que há discordância sobre se a (des)continuidade entre lembrar e imaginar diz respeito aos processos neurocognitivos ou às atitudes dos agentes em relação aos conteúdos simulados. Na seção 4, abordamos discussões recentes sobre a natureza do sentimento de passado típico da memória episódica, e também os desafios à explicação intencionalista. O intencionalismo explica esse sentimento pelo conteúdo representado na memória. A abordagem metacognitiva, por sua vez, explica o sentimento de passado pelo monitoramento de características do processo neurocognitivo, especialmente sua fluência. Assim, intencionalistas e metacognitivistas discordam sobre a fonte do sentimento de passado na memória episódica.

Por fim, na seção 5, resenhamos propostas de meta-debates que buscam esclarecer a própria natureza das controvérsias nos debates de primeira-ordem da filosofia da memória. Uma proposta distingue entre lembrar epistêmico e lembrar empírico. Outra proposta distingue entre abordagens descritivas e abordagens normativas do lembrar. Uma terceira visão entende os debates como negociações metalinguísticas sobre o significado correto de “lembrar”. Por fim, uma quarta visão diagnostica os debates como envolvendo uma falta de integração entre diferentes níveis de investigação da memória.

Embora concisa, esperamos que esta amostra de discussões encoraje mais pesquisas e reflexões filosóficas em português neste fértil campo de pesquisa.

Reconhecimento

Este estudo foi financiado pelo Programa Capes-PrInt da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–Brasil (CAPES), código financeiro 001, processo 8881.310246/2018-1, e por Le Programme Cofecub, processo 88887.468340/2019-00. André Sant’Anna foi financiado pela Alexander von Humboldt-Stiftung no programa Humboldt-Forschungsstipendium. James Openshaw foi financiado pelo programa de pesquisa e inovação Horizon 2020 da União Europeia sob o contrato de concessão Marie Skłodowska-Curie nº 101032391.

Referências

- ADDIS, Donna Rose. Mental Time Travel? A Neurocognitive Model of Event Simulation. **Review of Philosophy and Psychology** 11 (2): 233–59. 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00470-0>.
- ADDIS, Donna Rose, Alana T. WONG, & Daniel L. SCHACTER. Remembering the Past and Imagining the Future: Common and Distinct Neural Substrates during Event Construction and Elaboration. **Neuropsychologia** 45 (7): 1363–77. 2007. Acesso: <https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2006.10.016>.
- ANDONOVSKI, Nikola. Is the Simulation Theory of Memory about Simulation? **Voluntas** 10 (3): 37. 2019. Acesso: <https://doi.org/10.5902/2179378640399>.
- ANDONOVSKI, Nikola. Causation in Memory: Necessity, Reliability and Probability. **Acta Scientiarum** 43 (3): e61493, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.4025/actascihuman-soc.v43i3.61493>.
- ARANGO-MUÑOZ, Santiago. The Nature of Epistemic Feelings. **Philosophical Psychology** 27 (2): 193–211, 2014. Acesso: <https://doi.org/10.1080/09515089.2012.732002>.
- ARANGO-MUÑOZ, Santiago, & MICHAELIAN, Kourken. 2014. Epistemic Feelings, Epistemic Emotions: Review and Introduction to the Focus Section. **Philosophical Inquiries** 2 (1). 2014. Acesso: <https://doi.org/10.4454/philing.v2i1.79>.
- ARANYOSI, István. Mental Time Travel and Disjunctivism. **Review of Philosophy and Psychology** 11 (2): 367–84, 2020. <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00467-9>.
- ARISTÓTELES. Da Memória e da Revocação. In: ARISTÓTELES, **Parva naturalia**. Trad. Edson Bini, São Paulo: Edipro, 2012. p. 75–87.
- BARTLETT, Frederic C. **Remembering: A study in experimental and social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.
- BENOIT, Roland G. & SCHACTER, Daniel L. Specifying the Core Network Supporting Episodic Simulation and Episodic Memory by Activation Likelihood Estimation. **Neuropsychologia** 75 (August): 450–57, 2015. Acesso: <https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2015.06.034>.
- BERNECKER, Sven. **The metaphysics of memory**. New York: Springer, 2008.
- BERNECKER, Sven. **Memory: A philosophical study**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

- BERNECKER, Sven. A Causal Theory of Mnemonic Confabulation. **Frontiers in Psychology** 8 (July): 1207. 2017a. Acesso: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01207>.
- BERNECKER, Sven. Memory and Truth. In: BERNECKER, Sven & MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **The Routledge handbook of philosophy of memory**. London: Routledge, 2017b. p. 51–62.
- BERNECKER, Sven. An Explanationist Model of (False) Memory. In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude e MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **Current controversies in philosophy of memory**. London: Routledge, 2023. p. 109–26.
- BLUSTEIN, Jeffrey. A Duty to Remember. In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude e MICHAELIAN, Kourken (eds.). **The Routledge handbook of philosophy of memory**. London: Routledge, 2017. p. 351–63.
- BOYLE, Alexandria. The Mnemonic Functions of Episodic Memory. **Philosophical Psychology** 35 (3): 327–49, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.1080/09515089.2021.1980520>.
- BUCKNER, Randy L., ANDREWS-HANNA, Jessica R. & SCHACTER, Daniel L. The Brain's Default Network: Anatomy, Function, and Relevance to Disease. **Annals of the New York Academy of Sciences** 1124 (1): 1–38, 2008. Acesso: <https://doi.org/10.1196/annals.1440.011>.
- CHALMERS, David J. Disputas verbais. Trad. Gregory Gaboardi. **Sképsis** 15: 57, 2017.
- CRAVER, Carl F. Remembering: Epistemic and Empirical. **Review of Philosophy and Psychology** 11 (2): 261–81, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00469-7>.
- DE BRIGARD, Felipe. Is Memory for Remembering? Recollection as a Form of Episodic Hypothetical Thinking. **Synthese** 191 (2): 155–85, 2014. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s11229-013-0247-7>.
- DE BRIGARD, Felipe. The Explanatory Indispensability of Memory Traces. **The Harvard Review of Philosophy** 27: 23–47, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.5840/harvardreview202072328>.
- DE BRIGARD, Felipe, & Bryce S. GESSELL. 2016. Time Is Not of the Essence: Understanding the Neural Correlates of Mental Time Travel. In: MICHAELIAN, Kourken, KLEIN, Stanley B. e SZPUNAR, Karl K (Eds.). **Seeing the Future**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 153–79.
- DE BRIGARD, Felipe, & Natasha PARIKH. Episodic Counterfactual Thinking. **Current Directions in Psychological Science** 28 (1): 59–66, 2019. Acesso: <https://doi.org/10.1177/0963721418806512>.

- DEBUS, Dorothea. Experiencing the Past: A Relational Account of Recollective Memory. **Dialectica** 62 (4): 405–32, 2008. Acesso: <https://doi.org/10.1111/j.1746-8361.2008.01165.x>.
- DEBUS, Dorothea. Accounting for Epistemic Relevance: A New Problem for the Causal Theory of Memory. **American Philosophical Quarterly** 47 (1): 17–29, 2010.
- DEBUS, Dorothea. «Mental Time Travel»: Remembering the Past, Imagining the Future, and the Particularity of Events. **Review of Philosophy and Psychology** 5 (3): 333–50, 2014. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-014-0182-7>.
- DEESE, James. “Influence of Inter-Item Associative Strength upon Immediate Free Recall.” **Psychological Reports** 5 (3): 305–12, 1959. Acesso: <https://doi.org/10.2466/pr0.1959.5.3.305>.
- DOKIC, Jérôme. Feeling the Past: A Two-Tiered Account of Episodic Memory. **Review of Philosophy and Psychology** 5 (3): 413–26, 2014. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-014-0183-6>.
- DOKIC, Jérôme. Episodic Remembering and Affective Metacognition. **Acta Scientiarum** 43 (3): e61022, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v43i3.61022>.
- FERNÁNDEZ, Jordi. **Memory: A self-referential account**. New York: Oxford University Press, 2019.
- FIVUSH, Robyn. The Development of Autobiographical Memory. **Annual Review of Psychology** 62 (1): 559–82, 2011. Acesso: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.121208.131702>.
- GOLDMAN, Alvin I. A Causal Theory of Knowing. **The Journal of Philosophy** 64 (12): 357–72, 1967.
- GRICE, H. P. The Causal Theory of Perception. **Proceedings of the Aristotelian Society** 35: 121–52, 1961.
- HASSABIS, Demis & Eleanor A. MAGUIRE. Deconstructing Episodic Memory with Construction. **Trends in Cognitive Sciences** 11 (7): 299–306, 2007. Acesso: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2007.05.001>.
- HOBBS, Thomas. **Os elementos da lei natural e política**. Trad. Bruno Simões. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- HOERL, Christoph. A Knowledge-First Approach to Episodic Memory. **Synthese** 200 (5): 376, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s11229-022-03702-1>.

INTRAUB, Helene. Searching for Boundary Extension. **Current Biology** 30 (24): R1463–64, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1016/j.cub.2020.10.031>.

JAMES, William. **The principles of psychology**. Vol. 1. New York: Henry Holt and Company, 1890.

Goldman, Alvin I. A Causal Theory of Knowing. **The Journal of Philosophy** 64 (12): 357–72, 1967.

LANGLAND-HASSAN, Peter. 2021. What Sort of Imagining Might Remembering Be? **Journal of the American Philosophical Association** 7 (2): 231–51, 2021. Acesso: <https://doi.org/10.1017/apa.2020.28>.

LANGLAND-HASSAN, Peter. Remembering and Imagining: The Attitudinal Continuity. In: BERNINGER, Anja & FERRAN, Ingrid Vendrell (Eds.). **Philosophical Perspectives on Memory and Imagination**. New York: Routledge, 2023a. p. 11–33.

LANGLAND-HASSAN, Peter. Remembering, Imagining, and Memory Traces: Toward a Continuist Causal Theory. In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude & MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **Current controversies in philosophy of memory**. London: Routledge, 2023b. p. 19–37.

LOCKE, John. Um Ensaio Sobre o Entendimento Humano. In: BONJOUR, Laurence & BAKER, Ann (Eds.). **Filosofia: Textos fundamentais comentados**. Trad. André Nilo Klaudat, Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 93–106.

MAHR, Johannes B. Episodic Memory: And What Is It For? In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude & MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **Current controversies in philosophy of memory**. London: Routledge, 2023. p. 166–84.

MAHR, Johannes B. & Gergely Csibra. Why Do We Remember? The Communicative Function of Episodic Memory. **Behavioral and Brain Sciences** 41: e1, 2018. Acesso: <https://doi.org/10.1017/S0140525X17000012>.

MARTIN, C. B. & DEUTSCHER, Max. Remembering. **The Philosophical Review** 75 (2): 161, 1966. Acesso: <https://doi.org/10.2307/2183082>.

MATHESON, David. An Obligation to Forget. In: BERNECKER, Sven & MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **The Routledge handbook of philosophy of memory**. London: Routledge, 2017. p. 364–72.

McCARROLL, Christopher Jude. **Remembering from the outside: Personal memory and the perspectival mind**. New York: Oxford University Press, 2018.

McCARROLL, Christopher Jude. Remembering the Personal Past: Beyond the Boundaries of Imagination. **Frontiers in Psychology** 11 (September): 585352, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.585352>.

MCCARROLL, Christopher Jude. 2023. Memory and Imagination, Minds and Worlds. In: BERNINGER, Anja & FERRAN, Íngrid Vendrell (Eds.). **Philosophical Perspectives on Memory and Imagination**. New York: Routledge, 2023. p. 202335–53. Acesso: <https://doi.org/10.4324/9781003153429-4>.

MCCARROLL, Christopher Jude, MICHAELIAN, Kourken & NANAY, Bence. Explanatory Contextualism about Episodic Memory: Towards a Diagnosis of the Causalist-Simulationist Debate. *Erkenntnis*, November, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s10670-022-00629-4>.

MICHAELIAN, Kourken. **Mental time travel**: Episodic memory and our knowledge of the personal past. Cambridge: MIT Press, 2016a.

MICHAELIAN, Kourken. Against Discontinuism: Mental Time Travel and Our Knowledge of Past and Future Events. In: MICHAELIAN, Kourken, KLEIN, Stanley B. & SZPUNAR, Karl K (Eds.). **Seeing the Future**. Oxford: Oxford University Press, 2016b. p. 62–92. Acesso: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190241537.003.0004>.

MICHAELIAN, Kourken. Against Perrin's Embodied Causism: Still No Evidence for the Necessity of Appropriate Causation. *Intellectica* 76: 175–91, 2022a.

MICHAELIAN, Kourken. Radicalizing Simulationism: Remembering as Imagining the (Nonpersonal) Past. *Philosophical Psychology*, May, 1–27, 2022b. Acesso: <https://doi.org/10.1080/09515089.2022.2082934>.

MICHAELIAN, Kourken. Towards a Virtue-Theoretic Account of Confabulation In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude & MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **Current controversies in philosophy of memory**. London: Routledge, 2023. p. 127–44.

MICHAELIAN, Kourken, PERRIN, Denis, SANT'ANNA André & SCHIRMER DOS SANTOS, César. Mental Time Travel. In: **The Palgrave Encyclopedia of the Possible**, 1–8. Cham: Springer, 2022. Acesso: https://doi.org/10.1007/978-3-319-98390-5_222-1.

MICHAELIAN, Kourken & ROBINS, Sarah K. Beyond the Causal Theory? Fifty Years after Martin and Deutscher. In: MICHAELIAN, Kourken, DEBUS, Dorothea & PERRIN, Denis (Eds.). **New directions in the philosophy of memory**. New York: Routledge, 2018. p. 13–32. Acesso: <https://doi.org/10.4324/9781315159591>.

MICHAELIAN, Kourken & SUTTON, John. Memory. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2017. Acesso: <https://plato.stanford.edu/entries/memory/>.

MORAN, Alex. Memory Disjunctivism: A Causal Theory. *Review of Philosophy and Psychology* 13 (4): 1097–1117, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-021-00569-y>.

NANAY, Bence. Boundary Extension as Mental Imagery. *Analysis*, 81 (4): 647–56, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.1093/analys/anab023>.

NIGRO, Georgia & NEISSER, Ulric. Point of View in Personal Memories. *Cognitive Psychology* 15 (4): 467–82, 1983. [https://doi.org/10.1016/0010-0285\(83\)90016-6](https://doi.org/10.1016/0010-0285(83)90016-6).

OKUDA, Jiro, Toshikatsu FUJII, Hiroya OHTAKE, Takashi TSUKIURA, Kazuyo TANJI, Kyoko SUZUKI, Ryuta KAWASHIMA, Hiroshi FUKUDA, Masatoshi ITOH, & Atsushi YAMADORI. Thinking of the Future and Past: The Roles of the Frontal Pole and the Medial Temporal Lobes. *NeuroImage* 19 (4): 1369–80, 2003. Acesso: [https://doi.org/10.1016/S1053-8119\(03\)00179-4](https://doi.org/10.1016/S1053-8119(03)00179-4).

OPENSHAW, James. (No prelo). (In Defence of) Preservationism and the Previous Awareness Condition: What Is a Theory of Remembering, Anyway? *Philosophical Perspectives*.

OPENSHAW, James, & MICHAELIAN, Kourken. (Em avaliação). “Reference in remembering: Towards a simulationist account.”

PERRIN, Denis. Asymmetries in Subjective Time. In: MICHAELIAN, Kourken, KLEIN, Stanley B. e SZPUNAR, Karl K (Eds.). *Seeing the Future*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 39–61. Acesso: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190241537.003.0003>.

PERRIN, Denis. 2018. A Case for Procedural Causality in Episodic Recollection. In: MICHAELIAN, Kourken, DEBUS, Dorothea & PERRIN, Denis (Eds.). *New directions in the philosophy of memory*. New York: Routledge, 2018. p. 33–51. Acesso: <https://doi.org/10.4324/9781315159591>.

PERRIN, Denis. Embodied Episodic Memory: A New Case for Causalism? *Intellectica* 74: 229–52, 2021. <https://intellectica.org/en/embodied-episodic-memory-new-case-causalism>.

PERRIN, Denis & MICHAELIAN, Kourken. Memory as Mental Time Travel. In: BERNECKER, Sven & MICHAELIAN, Kourken (Eds.) *The Routledge handbook of philosophy of memory*. London: Routledge, 2017. p. 228–39. New York: Routledge. Acesso: <https://doi.org/10.4324/9781315687315-19>.

PERRIN, Denis, MICHAELIAN, Kourken & SANT'ANNA, André. The Phenomenology of Remembering Is an Epistemic Feeling. *Frontiers in Psychology* 11 (July): 1531, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01531>.

PERRIN, Denis, & André Sant'Anna. Episodic Memory and the Feeling of Pastness: From Intentionalism to Metacognition. *Synthese* 200 (2): 109, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s11229-022-03567-4>.

PLATÃO. Teeteto. In: PLATÃO, **Diálogos I**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, s/d. p. 41–156.

PUTNAM, Hilary. **Razão, verdade e história**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PLUNKETT, David & Timothy SUNDELL. Disagreement and the Semantics of Normative and Evaluative Terms. **Philosophers' Imprint** 13 (23): 1–37, 2013.

PLUNKETT, David, STERKEN, Rachel Katharine & SUNDELL, Timothy. Generics and Metalinguistic Negotiation. **Synthese** 201 (2): 50. Acesso: 2023. <https://doi.org/10.1007/s11229-022-03862-0>.

RIVADULLA-DURÓ, Andrea. The Simulation Theory of Memory and the Phenomenology of Remembering. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, December, 2022. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s11097-022-09881-z>.

ROBINS, Sarah K. “Misremembering. **Philosophical Psychology** 29 (3): 432–47, 2016. Acesso: <https://doi.org/10.1080/09515089.2015.1113245>.

ROBINS, Sarah K. “Confabulation and Constructive Memory. **Synthese** 196 (6): 2135–51, 2019. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s11229-017-1315-1>.

ROBINS, Sarah K. Defending Discontinuism, Naturally. **Review of Philosophy and Psychology** 11 (2): 469–86, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00462-0>.

ROBINS, Sarah K. Episodic Memory Is Not for the Future. In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude & MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **Current controversies in philosophy of memory**. London: Routledge, 2023. p. 149–65.

ROEDIGER III, Henry L. & MCDERMOTT, Kathleen B. “Creating False Memories: Remembering Words Not Presented in Lists. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition** 21 (4): 803–14, 1995. Acesso: <https://doi.org/10.1037/0278-7393.21.4.803>.

RUSSELL, Bertrand. **A análise da mente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SANT'ANNA, André. The Hybrid Contents of Memory. **Synthese** 197 (3): 1263–90, 2020. Acesso <https://doi.org/10.1007/s11229-018-1753-4>.

SANT'ANNA, André. Mnemonic causation, construction, and the particularity of episodic memory. **Aufklärung**, 8: 57-70, 2021a. Acesso: <https://doi.org/10.18012/arf.v8iesp.60017>

SANT'ANNA, André. Attitudes and the (dis)continuity between memory and imagination. **Estudios de Filosofia**, 64: 73-93, 2021b. Acesso: <https://doi.org/doi.org/10.17533/udea.ef.n64a04>.

SANT'ANNA, André. (No prelo). Metacognition and the puzzle of alethic memory. **Philosophy and the Mind Sciences**.

SANT'ANNA, André & MICHAELIAN, Kourken. Teorias sobre o lembrar: causalismo, simulacionismo e funcionalismo. **Voluntas** 10 (3): 8, 2019a. Acesso: <https://doi.org/10.5902/2179378640445>.

SANT'ANNA, André, & Kourken MICHAELIAN. Thinking about events: A pragmatic account of the objects of episodic hypothetical thought. **Review of Philosophy and Psychology**, 10(1):187–217, 2019b. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-018-0391-6>.

SCHACTER, Daniel L. & ADDIS, Donna Rose. The Cognitive Neuroscience of Constructive Memory: Remembering the Past and Imagining the Future. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences** 362 (1481): 773–86, 2007. Acesso: <https://doi.org/10.1098/rstb.2007.2087>.

SCHACTER, Daniel L. ADDIS, Donna Rose & BUCKNER, Randy L. “Episodic Simulation of Future Events: Concepts, Data, and Applications. **Annals of the New York Academy of Sciences** 1124 (1): 39–60, 2008. Acesso: <https://doi.org/10.1196/annals.1440.001>.

SCHACTER, Daniel L. ADDIS, Donna R., HASSABIS, Demis, MARTIN, Victoria C. R., SPRENG Nathan & SZPUNAR, Karl K. The Future of Memory: Remembering, Imagining, and the Brain. **Neuron** 76 (4): 677–94, 2012. Acesso: <https://doi.org/10.1016/j.neuron.2012.11.001>.

SCHIRMER DOS SANTOS, César. O debate causalismo versus simulacionismo em filosofia da memória como negociação metalinguística. **Perspectiva Filosófica** 46 (2), 2019. Acesso: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2019.248088>.

SCHIRMER DOS SANTOS, César, McCARROLL, Christopher Jude, & SANT'ANNA, André. The Relation between Memory and Imagination: A Debate about the Right Concepts. In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude e MICHAELIAN, Kourken (eds.). **Current controversies in philosophy of memory**. London: Routledge, 2023. p. 38–56.

SCHWARTZ, Arieh. “Simulationism and the Function(s) of Episodic Memory. **Review of Philosophy and Psychology** 11 (2): 487–505, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00461-1>.

SEÑOR, Thomas D. “The Epistemology of Episodic Memory. In: SANT'ANNA, André, McCARROLL, Christopher Jude & MICHAELIAN, Kourken (Eds.). **Current controversies in philosophy of memory**. London: Routledge, 2023. p. 227–43. Acesso: <https://doi.org/10.4324/9781003002277-18>.

SUDDENDORE, Thomas & CORBALLIS, Michael C. Mental Time Travel and the Evolution of the Human Mind. **Genetic, Social & General Psychology Monographs** 123 (2): 133–67, 1997. Acesso: https://www.researchgate.net/publication/292514522_Mental_Time_Travel_and_the_Evolution_of_the_Human_Mind.

SUDDENDORE, Thomas & CORBALLIS, Michael C. The Evolution of Foresight: What Is Mental Time Travel, and Is It Unique to Humans? **Behavioral and Brain Sciences** 30 (3): 299–313, 2007. Acesso: <https://doi.org/10.1017/S0140525X07001975>.

TULVING, Endel. “Episodic and Semantic Memory. In: TULVING, Endel & DONALDSON, Wayne (Eds.). **Organization of Memory**. New York: Academic Press, 1972. p. 381–402.

TULVING, Endel. Memory and Consciousness. **Canadian Psychology / Psychologie Canadienne** 26 (1): 1–12, 1985. Acesso : <https://doi.org/10.1037/h0080017>.

VON LEYDEN, W. **Remembering**: A philosophical problem. New York: Philosophical Library, 1961.

WERNING, Markus. Predicting the Past from Minimal Traces: Episodic Memory and Its Distinction from Imagination and Preservation. **Review of Philosophy and Psychology** 11 (2): 301–33, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00471-z>.

WILLIAMSON, Timothy. **Knowledge and its limits**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WRINCH, Dorothy. “On the Nature of Memory.” **Mind** 29 (113): 46–61, 1920.



